

DIÁLOGO GLOBAL ^{3.3}

5 edições por ano em 15 idiomas

Sociologia como vocação

Raewyn Connell,
Randolf David

Revolução and contra- revolução

Nazanin Shahrokni,
Parastoo Dokouhaki,
Simin Fadaee,
Abbas Varij Kazemi,
Mona Abaza

Universidades em crise

Satendra Kumar,
Klaus Dörre,
Stephan Lessenmich,
Ingo Singe

- > Sequestrável na área urbana do México
- > Fragmentação e desigualdade no Mexico
- > Desigualdade social no Japão
- > Haicai: beleza e simplicidade
- > Reunião do Comitê Executivo em Bilbao
- > Apresentando os editores poloneses
- > A sociologia canadense dá boas-vindas ISA
- > Cartas ao editor

NEWSLETTER



International
Sociological
Association



VOLUME 3 / EDIÇÃO 3 / MAIO 2013
www.isa-sociology.org/global-dialogue/

GD



> Editorial

Universidades em crise

No momento em que escrevo, Raewyn Connell participa de protestos na Universidade de Sydney, manifestando sua visão de sociologia como vocação, apresentada nesta edição. Ela se junta à greve do pessoal docente e não docente em sua universidade, que estão protestando contra a erosão da estabilidade, a precarização e as ameaças à liberdade acadêmica – processos que afetam a maioria das universidades de elite e não elite em todo o mundo.

À medida que as universidades deixaram de ser um bem público e se tornaram um bem privado, elas passam a vender os seus produtos aos clientes (estudantes, Estados, corporações ou quem quer que possam atrair). A competição por clientes é intensa; por isso, as universidades buscam promover suas marcas tentando atingir níveis altos nos ranking, nacionais e globais. Os professores podem ressentir esses rankings; porém, muitas vezes eles competem de acordo com seus termos e com entusiasmo, tendo contribuído para a elaboração de muitos deles. Isso significa escrever não somente para periódicos de língua inglesa, mas para periódicos reconhecidos internacionalmente, isto é, periódicos nacionais dos EUA e da Inglaterra, que moldam perguntas, temas e metodologias de acordo com suas maneiras locais. Sociólogos do Sul, mas não somente do Sul, com frequência se distanciam de problemas urgentes enfrentados por seus próprios países.

Poucos têm recursos, a coragem ou mesmo interesse em opor-se ao sistema. Dessa forma, devemos saudar a Associação Sociológica Alemã por boicotar os rankings nacionais, como relatam aqui três sociólogos da Universidade Friedrich-Schiller, em Jena. Ao mesmo tempo, não devemos nos esquecer de que muitas universidades nem sequer aparecem nesses rankings, formando uma imensa classe de universidades “intocáveis”. Satendra Kumar examina o que isso significa em Uttar Pradesh (Índia), onde a universidade ganha dinheiro com a venda de acreditação para faculdades que oferecem diplomas espúrios, pagos com taxas subsidiadas pelo Estado. Os fundos públicos são, portanto, desviados para os bolsos privados de políticos que administram a faculdade como uma máquina política. Isso ocorre na outra ponta da hierarquia mundial com relação à Universidade de Sydney, mas as pressões são semelhantes.

Existem, naturalmente, pressões mais convencionais na universidade. Nazanin Shahrokni e Parastoo Dokouhaki descrevem a reação orquestrada pelo Estado iraniano em resposta ao aumento de matrículas de estudantes mulheres. Muitos dos manifestantes verdes iranianos de 2009 (ver artigos de Abbas Varij Kazemi e Simin Fadaee) vieram das fileiras desses dissidentes universitários. Não por acaso o Estado iraniano mantém uma vigilância atenta sobre as suas universidades.

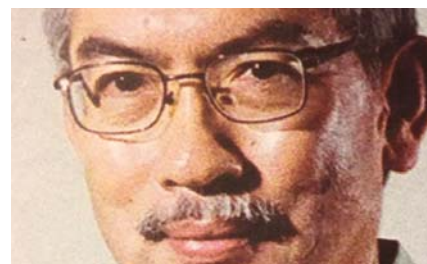
Em todos esses casos, a membrana que separa a universidade da sociedade está desaparecendo. Não podemos fingir que estamos fora da sociedade. Portanto, somos forçados a tomar partido – estamos com os racionalizadores e marqueteiros ou com seus críticos e públicos de opositores? Escrevendo sobre a vocação da sociologia, Randy David demonstra que é possível manter um engajamento crítico e público, mesmo nas politicamente inóspitas Filipinas. Ainda assim, é preciso coragem para percorrer mundos aterrorizantes, como a banalização da violência descrita por Mona Abaza no Egito e por Ana Villarreal no México. As pessoas podem não querer nos ouvir, mas isso não é motivo para o silêncio.

> **A Diálogo Global pode ser encontrada em 15 idiomas no [website da ISA](#)**

> **Submissões devem ser enviadas para burawoy@berkeley.edu**



Raewyn Connell, feminista australiana e autora de *Teoria do Sul*, considera o sociólogo como participando de um processo de trabalho global hierarquicamente organizado que está sendo ainda mais distorcido pela invasão do mercado nos campi.



Randolf David, sociólogo filipino de grande renome, descreve uma vida de engajamento crítico dedicado à transmissão de sociologia na esfera pública e mostra como isso é muito diferente do engajamento político.



Nazanin Shahrokni e Parastoo Dokouhaki mostram como o crescimento de mulheres estudantes em universidades iranianas levou a estratégias de segregação já que o Estado protege os interesses dos homens no mercado de trabalho, e evita uma crise da masculinidade.

> Editorial

Editor: Michael Burawoy.

Editores Executivos: Lola Busuttill, August Bagà.

Editores Associados:

Margaret Abraham, Tina Uys, Raquel Sosa,
Jennifer Platt, Robert Van Krieken.

Conselho Editorial:

Izabela Barlinska, Louis Chauvel, Dilek Cindoğlu,
Tom Dwyer, Jan Fritz, Sari Hanafi, Jaime Jiménez,
Habibul Khondker, Simon Mapadimeng, Ishwar Modi,
Nikita Pokrovsky, Emma Porio, Yoshimichi Sato,
Vineeta Sinha, Benjamín Tejerina, Chin-Chun Yi,
Elena Zdravomyslova.

Editores Regionais

Mundo Árabe:

Sari Hanafi, Mounir Saidani.

Brasil:

Gustavo Taniguti, Juliana Tonche,
Célia da Graça Arribas, Andreza Galli,
Renata Barreto Preturlan, Rossana Marinho,
Angelo Martins Júnior, Lucas Amaral.

Colômbia:

María José Álvarez Rivadulla,
Sebastián Villamizar Santamaría, Katherine Gaitán.

Índia:

Ishwar Modi, Rajiv Gupta, Rashmi Jain, Uday Singh.

Irã:

Reyhaneh Javadi, Shahrads Shahvand, Saghar Bozorgi,
Najmeh Taheri.

Japão:

Kazuhiisa Nishihara, Mari Shiba, Kousuke Himeno,
Tomohiro Takami, Yutaka Iwadata, Kazuhiro Ikeda,
Yu Fukuda, Michiko Sambe, Takako Sato, Yuko Hotta,
Yusuke Kosaka, Yutaka Maeda, Shuhei Naka.

Polônia:

Mikołaj Mierzejewski, Karolina Mikołajewska,
Krzysztof Gubański, Zofia Włodarczyk, Adam Mueller,
Patrycja Pendrakowska, Emilia Hudzińska, Justyna Wit-
kowska, Konrad Siemaszko, Julia Legat.

Romênia:

Cosima Rughiniș, Ileana-Cinziana Surdu, Lucian Rotariu,
Angelica Helena Marinescu, Adriana Bondor, Alina Stan,
Andreea Acasandre, Catalina Gulie, Monica Alexandru,
Mara Șerban, Ioana Cărtărescu, Telegdy Balazs,
Marian Mihai Bogdan, Cristian Constantin Vereș,
Ramona Cantaragiu, Elena Tudor, Monica Nădrag.

Rússia:

Elena Zdravomyslova, Anna Kadnikova,
Elena Nikiforova, Asja Voronkova, Ekaterina Moskaleva,
Julia Martinavichene.

Taiwan:

Jing-Mao Ho.

Turquia:

Aytül Kasapoğlu, Nilay Çabuk Kaya, Günnur Ertong,
Yonca Odabaş, Zeynep Baykal, Gizem Güner.

Ucrânia:

Svitlana Khutka, Olga Kuzovkina, Polina Baitsym,
Mariya Domashchenko, Iryna Klietsova, Daria Korotkyh,
Mariya Kuts, Lidia Kuzemska, Anastasiya Lipinska,
Yulia Pryimak, Myroslava Romanchuk, Iryna Shostak,
Ksenia Shvets, Liudmyla Smoliyar, Oryna Stetsenko,
Polina Stohnushko, Mariya Vorotilina.

Consultores de Mídia: Annie Lin, José Reguera.

Consultor Editorial: Abigail Andrews.

> Nesta Edição

Editorial: Universidades em crise **2**

A vocação da Sociologia – Trabalho coletivo em escala mundial
Por Raewyn Connell, Austrália **4**

A vocação da Sociologia – Engajamento crítico na esfera pública
Por Randolph S. David, Filipinas **6**

> REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO

Retrocesso: segregação de gênero nas universidades iranianas
Por Nazanin Shahrokni, EUA e Parastoo Dokouhaki, Irã **8**

Quem está por trás do Movimento Verde do Irã?
Simin Fadace, Alemanha **11**

Apropriando-se do passado: o Movimento Verde no Irã
Por Abbas Varij Kazemi, EUA **13**

A violência da contrarrevolução do Egito
Por Mona Abaza, Egito **16**

> UNIVERSIDADES EM CRISE

Como as universidades indianas se tornaram máquinas de lucro
Por Satendra Kumar, Índia **19**

Sociólogos alemães boicotam o ranking acadêmico
Por Klaus Dörre, Stephan Lessenich e Ingo Singe, Alemanha **21**

> FOCALIZANDO O MÉXICO

Sequestrável: sobre a normalização da violência em áreas urbanas no México
Por Ana Villarreal, México e EUA **23**

Fragmentação social entre jovens mexicanos
Por Gonzalo A. Saravi, México **25**

> APRESENTANDO O JAPÃO

Desigualdade social no Japão contemporâneo
Por Sawako Shirahase, Japão **27**

Haicai – Beleza na simplicidade
Por Koichi Hasegawa, Japão **28**

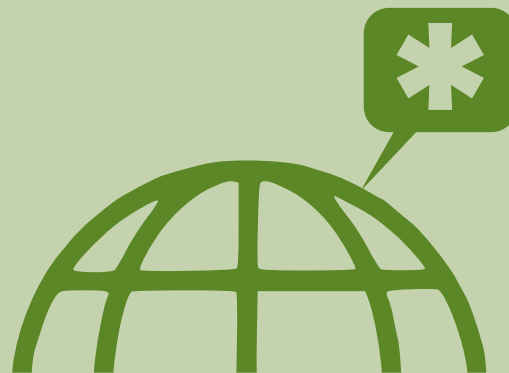
> AO REDOR DA ISA

Reunião do Comitê Executivo em Bilbao
Por Michael Burawoy, EUA **30**

Apresentando os editores poloneses
Por Karolina Mikolajewska, Polônia **33**

A sociologia canadense está pronta para receber você!
Por Patrizia Albanese, Canadá **35**

Cartas ao editor
Por David Lehman, Reino Unido e Hilary Rose, Reino Unido **37**



> A vocação da sociologia

Trabalho coletivo em escala mundial

Por Raewyn Connell, Universidade de Sydney, Austrália



Raewyn Connell.

Raewyn Connell, uma socióloga australiana, deixou sua marca com sua pesquisa sobre o poder de classe, e a relação entre classe e gênero na educação. Ela ascendeu à fama com sua teoria sobre a base institucional das relações de gênero em *Gender and Power* (1987), e se estabeleceu como uma figura mundial com seu livro, *Masculinities* (1995) no qual desenvolve sua noção de masculinidade hegemônica frequentemente citada. Sempre interessada na história da sociologia e chamando a atenção para seus fundamentos do Norte, montou uma crítica severa à sociologia mainstream em seu polêmico artigo: “Why is Classical Theory Classical?” estendido em um livro, *Southern Theory* (2007), que dá lugar de destaque para os teóricos do Hemisfério Sul. Se há um tema permanente em sua obra, é que o conhecimento não pode ser entendido fora do contexto de sua produção – contextos estes que ela contestou durante toda a sua vida. Para mais informações, visite <http://www.raewynconnell.net/>

Se você é um sociólogo, você é um trabalhador, que tem um ofício e faz parte de uma força de trabalho. Compreendendo isso, você ficará a salvo de delírios de grandeza; e pensará sobre as conexões com outros trabalhadores. Seu ofício é a produção do conhecimento, e o ensino e a aplicação do conhecimento. Esse é um projeto coletivo, e não individual. A ciência social, assim como a ciência natural, lida com conhecimento compartilhado. Ela é inerentemente pública. A

circulação do que você sabe é chamada adequadamente de “publicação”. O que você contribui para o processo social de conhecimento sobre o mundo social é o que faz de você um sociólogo.

> Buscando por sociologia

A sociologia não era muito ensinada na Austrália quando eu era estudante, na década de 1960. Eu fiz uma licenciatura em História, e obtive um diploma em Administração Pública. Foi uma boa formação intelectual; contudo, o mundo estava em chamas. Eu fazia parte de um movimento estudantil de contestação à guerra no Vietnã e de contestação do conservadorismo das universidades. Queríamos um conhecimento mais relevante e mais comprometido. Então tentamos fazê-lo do nosso jeito e criamos uma Universidade Livre amadora para isso.

Após meu doutorado, viajei para os Estados Unidos, para um famoso departamento de sociologia, para encontrar um enquadramento teórico. Eu encontrei o departamento quase em estado de guerra civil entre estudantes radicais e professores de direita. A universidade foi logo fechada por uma greve estudantil. Mas eu já havia feito algumas ótimas leituras: Lévi-Strauss, Sartre, Mills, Gouldner, Lazarsfeld. Mais tarde, eu percebi que eles eram todos homens, todos brancos, todos do Hemisfério Norte, e eu comecei a fazer leituras mais amplas.

De volta à Austrália, estive por duas vezes envolvida com grupos que estavam criando um novo programa de sociologia em uma nova universidade. Podíamos construir um currículo inteiro; foi um momento histórico de sorte. Hoje há controles muito mais pesados para os trabalhadores da universidade. No entanto, há sempre espaço para a criatividade na construção curricular.

> Instituições

Na Austrália, cerca de metade de todo ensino de graduação é feito agora por trabalho temporário. Muitos jovens com pós-graduação conseguem manter um padrão mínimo de vida equilibrando empregos de tempo parcial em variados cursos em dois ou três campi diferentes. Você pode chamar isso de vocação? Nos países em desenvolvimento, mesmo professores estáveis têm vários empregos.

Nessa posição, não é fácil ser ativo nos mecanismos institucionais da sociologia - as revistas, as conferências, os projetos de pesquisa ou as associações. No entanto, os gestores neoliberais tornaram-se obcecados com a tentativa de medir a produção individual, independentemente de tais circunstâncias. Os *rankings* de prestígio, a receita das



taxas, o número de artigos, e dólares de financiamentos tornaram-se a moeda da universidade moderna - assim como os índices individuais de "performance" do mundo corporativo. Há quarenta anos atrás, Claus Offe, em um livro brilhante, *Industry and Inequality*, mostrou que isso era loucura. Em grandes complexos organizacionais é impossível determinar racionalmente a participação na produção devida a qualquer pessoa, ou mesmo a uma categoria de trabalhadores. Esse é um exemplo de sociologia realmente útil. Mas os nossos mestres se esqueceram disso.

Em vez disso, o mundo corporativo, que tem cada vez mais assumido o controle das universidades, constrói uma carreira individual como uma vocação *simulada*. Executivos de corporações, entrevistados pela imprensa, declaram sua paixão imortal pela empresa e seus acionistas, uma paixão que dura geralmente até as ligações de agências de recrutadores. O que eles estão realmente fazendo é construir fortunas. Pouquíssimas pessoas nas universidades fazem fortunas. Mas a maioria pode compartilhar um projeto coletivo real e imensamente importante de construção de conhecimento.

> Conhecimento Sociológico

No entanto, o estado atual do projeto coletivo - o mecanismo institucional e o "corpo de conhecimento" - é profundamente problemático. O pensamento sociológico está sedimentado no imperialismo do século XIX e no empirismo do século XX, temperado por temas do movimento operário e do movimento de mulheres, e manchado por cultos intelectuais do funcionalismo ao desconstrutivismo. A teoria sociológica como um campo acadêmico é terrivelmente eurocêntrica. A pesquisa sociológica é frequentemente mecânica e repetitiva; a informatização, muitas vezes, também substitui a familiaridade com os problemas reais pelo poder de processamento das máquinas. A pesquisa social nos países em desenvolvimento é, com frequência, conforme Thandika Mkandawire observou, uma pesquisa pobre para as pessoas pobres - sub-financiada, a curto prazo, e sub-teorizada.

Assim, o projeto da sociologia requer uma crítica da sociologia - uma crítica que está agora tomando novas formas. Eu acho que a mais importante desloca a dominação do conhecimento sociológico pelo Hemisfério Norte, e traz a teoria e a sociedade pós-colonial geradas no Sul para o centro do projeto. Há resistência a essa crítica, e eu entendo o porquê. As perspectivas do Norte estão institucionalizadas na disciplina, e milhares de sociólogos construíram carreiras sobre elas e gastaram uma enorme energia para fazê-las funcionar.

A pesquisa sociológica é difícil - pelo menos, difícil de ser bem feita. Eu aconselho meus alunos a deixarem os livros na prateleira até que eles precisem distinguir uma rotação ortogonal de uma oblíqua (Conselho para os iniciantes: esqueça a oblíqua). Todo problema de pesquisa é novo - novas questões estão em jogo, diferentes recursos estão à mão, padrões únicos nos dados revelam-se cruciais. A melhor maneira de aprender o método é fazendo. A segunda melhor maneira é lendo bons relatórios de pesquisa e pensando sobre como os pesquisadores resolveram seus problemas. Todo mundo tem seu próprio *Top Dez*; entre os meus estão *Gender Play*, de Barrie Thorne, *From Boys to Gentlemen*, de

Robert Morrell, e *The Dawn of European Civilization*, de Gordon Childe. Todos esses estudos magníficos envolveram um enorme trabalho. Um compromisso longo e sólido com um monte de informações - sem isso, a imaginação sociológica patinaria.

> Audiências, Públicos

Há alguns dias, fui ao lançamento de um site para entrevistas autobiográficas com lésbicas mais velhas, chamado *55 Uppity* (<http://55uppitty.com/>). Muitas pessoas da comunidade lésbica de Sydney estavam presentes nessa feliz ocasião, e muito se falou sobre a virada geracional, e sobre fazer o envelhecimento visível. Aqui, pareceu-me, havia uma comunidade não apenas imaginando a si própria, mas se refazendo através de um projeto de conhecimento.

Os sociólogos em grande parte querem que o seu trabalho seja útil, especialmente às comunidades e instituições onde a pesquisa é realizada. Estive envolvida em vários projetos com uma lógica fortemente reflexiva. Eles incluíam a pesquisa sobre sexualidade e prevenção da AIDS utilizada pelas comunidades gays na Austrália (Kippax et al., *Sustaining Safe Sex*); e a pesquisa sobre as desigualdades sociais na educação, destinada a professores e formuladores de políticas educacionais (Connell et al., *Making the Difference; Schools & Social Justice*).

Os sociólogos de universidades precisam de conexão com outros grupos que possam usar o conhecimento sociológico. Por isso, eu tenho valorizado ligações de longo prazo com o movimento operário, que encontrou algum uso para nossa pesquisa sobre classe; e com os professores e educadores, que encontraram alguma utilidade para nossa pesquisa sobre as escolas. A última etapa da minha carreira acadêmica foi em uma faculdade de educação e assistência social, ao invés de um departamento de sociologia. Mas o público potencial para a sociologia é mais amplo. Alguma sociologia entra na mídia de massa. Alguma circula de maneiras misteriosas através de redes internacionais, publicações, traduções, viagens e boatos. Eu acho muito maravilhoso quando ouço na Austrália de alguém no Brasil, na Estônia ou na China, que se deparou com o meu trabalho e quer entrar em contato. Isso me dá uma sensação de tremendo entrelaçamento com o projeto global que a sociologia pode ser.

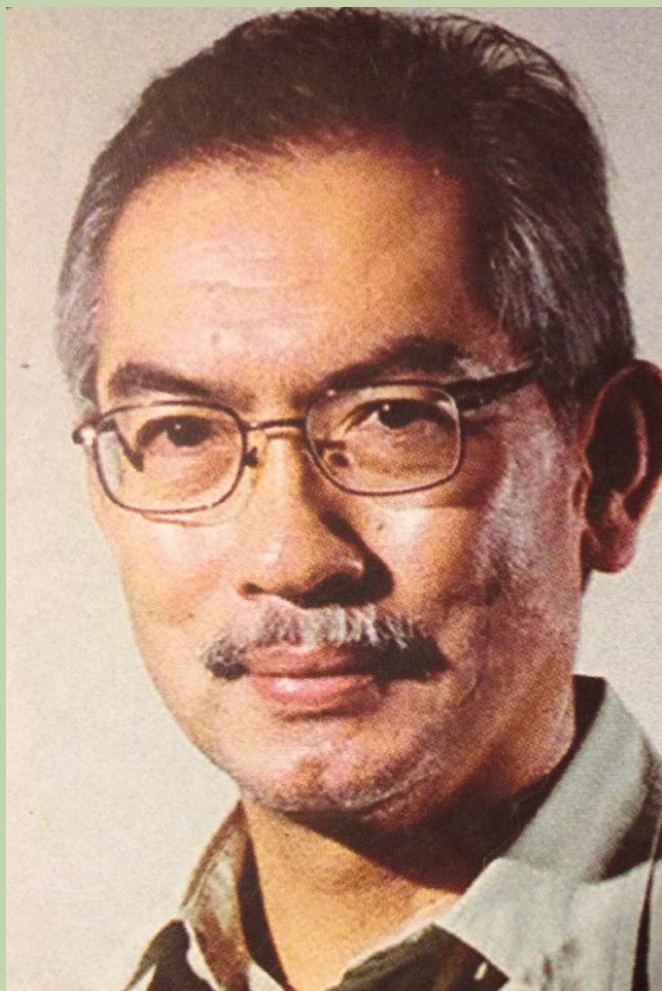
> E a finalidade básica?

Eu entrei neste ofício porque pensei que as ciências sociais geravam o conhecimento mais importante para lutar contra nossos problemas comuns - de violência, de injustiça e de destruição. Eu ainda acho isso. As ciências sociais podem desempenhar um papel democrático fundamental, como uma parte central do autoconhecimento da sociedade. Eu aprendi o quão difícil é produzir conhecimento, e como é difícil colocar o conhecimento para trabalhar. Aprendi que muito depende dos colegas de trabalho e das instituições. Aprendi que precisamos pensar em todas essas questões "em escala mundial", para usar a frase de Samir Amin. É uma perspectiva assustadora, mas também inspiradora. Se a sociologia é uma vocação, não é no velho sentido de uma vocação religiosa pessoal. É um chamado coletivo, e tem que sê-lo para todo o mundo. ■

> A vocação da sociologia

Engajamento crítico na esfera pública

Por **Randolf S. David**, Universidade das Filipinas, Cidade Quezon, Filipinas



Randolf David.

Randolf David é um extraordinário sociólogo público. Distinto acadêmico com um livro premiado - *Nation, Self, and Citizenship: An Invitation to Philippine Sociology* -, Randy David é mais conhecido fora da universidade pela sua coluna de domingo, “Vidas Públicas”, no *Philippine Daily Inquirer* - a qual ele iniciou em 1995-, e pelo seu programa de assuntos públicos na televisão, “Fórum Público”. Ele tem sido uma inspiração para legiões de estudantes de sociologia, além de trazer visões sociológicas aos olhos do público.

A Sociologia não foi meu primeiro amor. Eu diria que me encontrei nela por outras razões, que não intelectuais. Eu vim para a Universidade das Filipinas, no início dos anos sessenta, com a esperança de tornar-me advogado, como meu pai; alguém que poderia resolver os problemas sociais, e não apenas analisá-los. Naquela época, o sujeito entrava na universidade não tanto para ter uma educação, mas para aprender uma profissão.

Se alguém estava planejando estudar Direito, o pré-requisito necessário era formação em ciência política, filosofia, ou qualquer outra disciplina das ciências sociais. Contudo, tal requisito havia acabado de se tornar menos rígido, aceitando quaisquer títulos de bacharelado. Essa mudança, de alguma forma, beneficiou disciplinas mais novas, como a Sociologia.

Eu originalmente fui graduado em Inglês. Planejei ganhar a vida como jornalista após a graduação, enquanto à noite me ocupava com aulas de direito. Mas, quando você é jovem, seus planos mais elaborados podem ser modificados a qualquer momento. No meu primeiro ano, me inscrevi



no curso de Introdução à Sociologia como disciplina eletiva, pois tinha ouvido falar que o professor desse curso dava notas altas aos alunos. Eu queria aumentar minha média ponderada, a qual estava baixa devido as notas medianas que havia tirado nas matérias difíceis de literatura.

Eis então que eu me apaixono pela Sociologia. Muito tempo depois do fim do curso, continuei a ler livros sociológicos. No meu último ano, para a consternação do meu pai, mudei para a Sociologia. Foi uma daquelas contingências que moldam decisivamente nossa vida. Eu conheci minha futura esposa nessas aulas de Sociologia, e minha exposição às questões sociais transformou completamente minha perspectiva política. O Direito teria me levado a uma carreira convencional na política, pois eu era ativo na política do campus. Eu teria ficado na mesma classe de Direito que muitos dos atuais e mais importantes legisladores do meu país.

A Sociologia me deu a atitude de espírito necessária para realizar o estudo perseverante de uma jovem sociedade problemática como a Filipina. Tomando emprestada uma expressão de Hannah Arendt, encontrei-me tomado pelo *pathos* da admiração [*pathos of wonder*] – isto é, o hábito da observação disciplinada que resiste ao desejo de encontrar soluções rápidas para todos os problemas. A orientação estrutural a longo prazo que isso engendra, aproxima-se muito da política radical. E no final dos anos sessenta, era difícil para um sociólogo não ser marxista.

Contudo, o marxismo de um sociólogo acadêmico não é o mesmo que o marxismo de um membro do partido. Enquanto o último está inevitavelmente submetido aos imperativos da práxis revolucionária, em que se espera dele a suspensão da reflexão crítica para o bem da organização, o sociólogo marxista, geralmente, significa problemas para qualquer organização leninista, pois nunca irá abdicar do hábito da reflexividade. Ele sempre será um observador, mais do que um participante engajado. Além da ideologia, suas ações tornam-se, normalmente, objetos de seu implacável olhar desconstrutivo.

É por isso que, acredito eu, a práxis nunca foi a carta mais forte do sociólogo. Ninguém liga a um sociólogo pedindo conselhos práticos. O principal compromisso sociológico é a observação de segunda ordem – a observação do modo pelo qual as outras pessoas fazem distinções em suas vidas cotidianas. A atitude do sociólogo que traz à tona a complexidade social é uma admiração à forma como as coisas são, em vez de impaciência, desespero ou pânico diante da aparente insolubilidade dos problemas sociais.

Sendo esse o caráter inevitável da postura sociológica, é simplesmente lógico questionar se existe algum lugar, em uma sociedade em desenvolvimento, para uma disciplina que tende a deleitar-se com a observação das coisas ao invés de buscar soluções. Na verdade, muitas vezes eu me fiz

essas questões.

Entretanto, eu diria que em nenhum outro momento tenha sido mais importante para a sociedade dar lugar a uma atitude intelectual que, em vez de oferecer soluções rápidas, questiona os próprios quadros pelos quais o mundo é problematizado. A vocação da política exige temperamento diferente do acadêmico. Você nunca pode ser um político eficaz, ou ativista social, se tem o hábito de submeter-se à constante auto-análise. A meu ver, a reflexividade é o pior inimigo do profissional da política.

Eu achava que sabia disso bem o suficiente para resistir à atração do mundo da política. Mas estava errado. Em algum momento de 2009, eu li os sinais e cheguei à conclusão de que a impopular presidente do meu país, Gloria Macapagal Arroyo, buscaria, ao final do seu mandato, uma cadeira no Congresso, visando proteger-se de represálias políticas. Como pertencermos à mesma zona eleitoral, ocorreu-me que, me candidatando, eu pudesse detê-la. Porém, ao invés de descartar essa idéia tola, eu cometi o erro de acolhê-la em um momento de vaidade.

Antes que percebesse, encontrei-me já escalado para o papel de Davi, que iria parar o Goliás político do país. Esse era um grande enredo para uma nação que estava em busca do messias. Mas, como sociólogo, eu estava plenamente consciente dos riscos que se corre quando se atravessa fronteiras funcionais. Eu não sabia nada acerca dos problemas específicos da minha zona eleitoral. Nunca havia concorrido para qualquer cargo público. Tampouco tinha as finanças necessárias para uma corrida eleitoral.

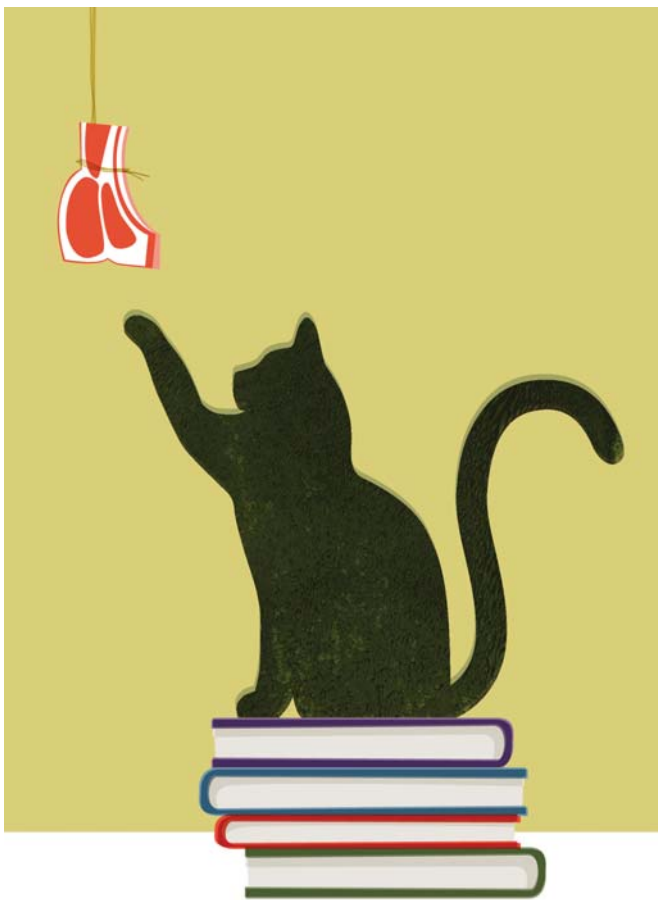
Acima de tudo, eu não tinha o temperamento para a política tradicional. Sabia que, enquanto fazia frente ao poder, eu não tinha vontade de persegui-lo. No entanto, encontrando-me em um ponto onde não era possível mais o retorno, comecei minha preparação para adentrar em um mundo que eu tinha dedicado a vida toda interpretando, mas cujos caminhos eu não poderia ter compreendido adequadamente no tempo limitado que tinha. No dia em que eu estava para apresentar minha candidatura, decidi que não valia a pena desperdiçar o tempo da minha família e minhas economias apenas para satisfazer um capricho pessoal. Minha decisão de não continuar foi atacado por pessoas, inclusive amigos, que estavam esperando por uma grande batalha.

Armado com conhecimento, como sociólogo que opera na esfera pública, muitas vezes você pode se encontrar tendo que fazer frente ao poder. Se você quiser manter-se como sociólogo, é preciso tomar cuidado para não fazê-lo como um político ou como um membro de algum partido, mas sim como parte do público. Como sociólogo, sua competência é interrogar a política, e não buscar vencê-la por dentro dela em sua própria lógica. ■

> Retrocesso

Segregação de gênero nas universidades iranianas

Por Nazanin Shahrokni, Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA, e Parastoo Dokouhaki, jornalista, Teerã, Irã



| Ilustração por Arbu.

Em 6 de agosto de 2012, com a aproximação do novo ano letivo, a agência estatal de notícias Mehr, no Irã, publicou um informativo de que 36 universidades no país haviam excluído as mulheres de 77 áreas de estudo. As restrições relatadas despertaram uma certa comoção internacional. Shirin Ebadi, advogada iraniana defensora dos direitos humanos e Prêmio Nobel da Paz, exilada na Grã-Bretanha, escreveu uma carta a Ban Ki-Moon, o secretário-geral da ONU, e Navi Pillay, alta comissária da ONU para os direitos humanos, condenando a medida como “parte da política recente da República Islâmi-

ca, que tenta devolver as mulheres ao domínio privado no lar, uma vez que não pode tolerar sua apaixonada presença na arena pública”. A porta-voz do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Victoria Nuland, leu uma declaração em 21 de agosto, apelando para “as autoridades iranianas protegerem os direitos das mulheres e manterem a legislação interna e obrigações internacionais do Irã, que garantem a não discriminação em todas as áreas da vida, incluindo o acesso à educação”.

No Irã, as autoridades da educação superior ficaram na defensiva, negando a existência de discriminação de gênero. Kamran Daneshjoo, o ministro que é a face pública das restrições, sugeriu que a história teve repercussões exageradas, por parte dos serviços em idioma persa da BBC e Voz da América. “Se eles estão descontentes”, disse ele, “isso significa que estamos fazendo a coisa certa”.¹

Com o ano letivo em andamento no Irã, é evidente que as interpretações tanto por parte da República Islâmica quanto do Ocidente foram um pouco enganosas. As novas restrições afetam homens e mulheres, e compõem um esquema de longa data de segregação de gênero. Tais esquemas remontam aos primeiros anos da República Islâmica e têm sido implementados por diferentes governos, a serviço de diferentes objetivos. Na década de 1980, o Estado procurou separar fisicamente homens e mulheres nos campi, de acordo com a ideia de que a mistura dos sexos fora de casa era “anti-islâmica” e perigosa para a moralidade pública. Hoje, os extremistas querem “islamizar” os campi de novo, mas também corrigir consequências inesperadas da feminização do ensino superior no Irã. As novas medidas de segregação de gênero são principalmente destinadas a proteger as oportunidades dos homens na educação, casamento e no mercado de trabalho, e proteger o Estado da pressão política em meio à alta taxa de desemprego e mal-estar econômico geral.

> O Diabo está nos detalhes

O regime geral de segregação de gênero é uma colcha de retalhos de diferentes práticas que são aplicadas, embora de forma desigual, em universidades de todo o país.

Muitas universidades simplesmente expandiram as rígidas >>>



Mulheres à sombra do Supremo Líder Iraniano, Aiatolá Khomeini.

cotas de gênero que estão em vigor desde a primeira década da República Islâmica, através das quais um número específico de vagas são atribuídas a homens e mulheres em cada campo de estudo. Por exemplo, a Universidade de Teerã, geralmente considerada a principal instituição de ensino superior iraniana, aloca metade das cadeiras da sala de aula para homens e metade para mulheres em quase todas as disciplinas. Há exceções para o sistema de cotas 50%-50%: a Universidade Shahid Beheshti, também na capital, aceitou 110 estudantes de Direito - 60 mulheres e 50 homens.

Outras escolas estão separando estudantes dos sexos masculino e feminino em dois grupos que, pelo menos em teoria, seguirão dois caminhos diferentes em seus estudos. Os homens são admitidos no semestre do outono e as mulheres na primavera. Na prática, no entanto, e, na ausência de qualquer acompanhamento da separação durante todo o tempo, os grupos no final das contas misturam homens e mulheres, que muitas vezes acabam cursando as mesmas disciplinas eletivas. Tal é o caso, por exemplo, na Universidade de Arak, no centro do Irã, e da Universidade Lorestan, no oeste montanhoso. É principalmente nas universidades da província que se levaram a cabo tais políticas. A República Islâmica frequentemente tem usado as províncias como campos de testes para suas iniciativas mais polêmicas.

Há ainda universidades que têm reservado certos campos de estudo exclusivamente para os homens, geralmente campos que, por razões econômicas ou culturais, são tradicionalmente considerados como "masculinos". Os programas unicamente masculinos têm recebido a maior cobertura da mídia, mas várias instituições também têm reservado certos campos de estudo - frequentemente aqueles "femininos" - exclusivamente para as mulheres. Em 2012, a Universidade Shahid Chamran não admitiu homens para estudar história, literatura persa, psicologia ou educação.

Não parece haver, no entanto, um padrão em todo o país

para os novos tipos de admissões que aceitam um único gênero. Várias universidades parecem ter adotado as medidas arbitrariamente e traçaram linhas entre campos de estudo "masculinos" e "femininos" ao acaso.

A segregação de gênero, no entanto, não é somente uma prática administrativa dos responsáveis pelas admissões. No início da década de 1980, as facções extremistas da jovem República Islâmica solicitaram que salas de aula fossem segregadas por gênero e, em alguns casos, divisórias foram efetivamente erguidas entre as fileiras de homens e fileiras de mulheres. O aiatolá Ruhollah Khomeini, líder da revolução de 1979, supostamente se manifestou contra esta prática. As divisórias foram retiradas, mas a segregação de gênero resistiu. Aumentaram as placas nos corredores, salas de aula, bibliotecas e refeitórios, direcionando "irmãs" e "irmãos" a andar em vias separadas ou sentar em lugares separados. Estas restrições acabaram desaparecendo, porque era difícil e caro monitorar todos os movimentos dos alunos. O Ministro da Ciência Daneshjoo quer estas medidas de volta: "a partir deste ano letivo, alunos e alunas terão de sentar em filas separadas e reitores universitários são responsáveis por supervisionar esse processo".²

Daneshjoo também está reunindo apoio entre o clero e o Majlis, o Parlamento iraniano, para as universidades não mistas. O ministro diz que seu objetivo é construir uma universidade só para mulheres em cada província do país³. Resta saber se o Estado vai tentar canalizar as mulheres para esses espaços só de mulheres ou se eles simplesmente vão proporcionar às mulheres mais escolhas no ensino superior. A experiência do passado, no entanto, mostra que as mulheres têm usado tais espaços como uma forma de ampliar seu acesso e presença na esfera pública.

> Algodão e Fogo, Carne e Gatos

Confrontado com a oposição, Daneshjoo afirmou que as políticas de segregação de gênero estavam "em consonância com as exigências do Líder Supremo". De fato, apesar de sua oposição às barreiras nas salas de aula no início dos anos 1980, o aiatolá Khomeini, o líder supremo, parece ter abraçado o conceito de segregação de gênero no final dos anos 1990, durante o governo reformista Mohammad Khatami. Em uma palestra, o líder havia repreendido o ministro da ciência da época, Mohammad Moin, por seu descuido: "Viagens escolares e retiros mistos? Estou perplexo! Há lugares no mundo onde a mistura dos sexos é absolutamente normal. Mas no nosso país, em um ambiente islâmico, este não é o caso"⁵. Hojjat-ol-Islam Nabiallah Fazlali, representante de Khomeini na Universidade Khajeh Nasir Tusi de Teerã, ofereceu esclarecimentos sobre a visão do líder em 2009, quando ele falou de suas "lembranças amargas" de "amizades inapropriadas" no campus. "Mulheres e homens são como o algodão e fogo", prosseguiu Fazlali. "Se você não os mantiver separados, o algodão pega fogo". O que provoca atração entre meninos e meninas é o "instinto e desejo" - e nada mais. "Quando você joga uma carne crua a um gato, ele vai comer a carne. Como não poderia?"⁶. Os jovens, em ambas as metáforas, estão preparados literalmente para devorar as jovens mulheres, mas é claro que o objeto da preocupação dos clérigos são os homens.



> Protegendo os homens e o Estado

No começo de 2012, em um programa de TV religioso destinado a juventude, Hojjat-ol-Islam Naser Naghavian, representante cultural de Khanmenei na Universidade de Shahid Beheshti, lembrou a extrema frustração de um jovem estudante do sexo masculino, que lhe perguntou se era religiosamente permitido sentir impulsos sexuais quando sentado atrás de uma mulher na sala de aula. Repetindo Naghavian, o membro do parlamento Motahhari declarou: “Se os homens e as mulheres se misturam, então as relações sexuais devem também ser permitidas, como no mundo ocidental. Caso contrário, a supressão do desejo sexual conduz a vários problemas mentais e psicológicos”⁷. Na mente do deputado, se os sexos se misturam livremente, os jovens terão de suprimir seu desejo. A moral da história parece ser que, se o gato não pode comer a carne, a carne deve ser afastada.

> “Perdidos na sombra das mulheres modernas”

A regulação da sexualidade não é o único motivo por trás dos movimentos de segregação de gênero, e preocupações sobre a posição das mulheres nas universidades iranianas não são novidade para Ahmadinejad. Em 1998, pela primeira vez na história iraniana, as mulheres superaram os homens nas fileiras de estudantes universitários recém-admitidos. A proporção de vagas ocupadas pelas mulheres na universidade tem aumentado desde então. A tendência geral de feminização não se restringe à educação universitária em nível de graduação. De acordo com Fereshteh Roohafza, do Conselho Cultural e Social da Mulher, uma subdivisão do Conselho Superior da Revolução Cultural, na última década houve um aumento de 269% no número de mulheres em programas de doutoramento, enquanto o número de mulheres buscando mestrado multiplicou-se 26 vezes⁸.

Autoridades do governo e agências de notícias sancionadas pelo estado constantemente citam estes números, juntamente com outros, indicando a explosão da alfabetização do sexo feminino (especialmente em áreas rurais), para apresentar ao mundo a República Islâmica como promotora dos direitos das mulheres. No interior dos corredores do poder, no entanto, as estatísticas são uma fonte de ansiedade. Tayebeh Safaei, um membro da Comissão de Pesquisa e Educação do Parlamento, se preocupa com as notáveis conquistas das mulheres na educação: “Esses desequilíbrios podem levar a crises sociais”. Qual é a “crise social?” Por toda a imprensa conservadora e na internet, analistas temem que os homens estejam ficando para trás na educação e no mercado de trabalho. (Na realidade, os homens continuam a exceder e ganhar mais do que as mulheres no mercado de trabalho, mas a percepção é outra.) Um desses artigos mais parece um réquiem para a glória masculina. “Os homens modernos”, indica o autor, estão perdidos “na sombra das mulheres modernas”: “É óbvio que os homens estão se tornando parceiros inferiores. ‘Dominados’ é o melhor adjetivo para descrever os homens modernos. A feminização está no coração da modernidade: os homens não são mais os homens que costumavam ser. As mulheres estão no centro, como o sol, e os homens estão relegados às margens, inúteis e submissos, como a lua [cuja luz é um reflexo do

Na edição de 15 de setembro de 2012, a *Hamshahri Javan*, uma revista estatal destinada aos jovens, dedica uma seção inteira aos sucessos das mulheres, mas os descreve como perigosos. No título principal de capa, lê-se: “Mãos ao alto! Mulheres assaltam as esferas sociais: primeiro as universidades, depois os esportes e agora os empregos-chave. Qual o próximo alvo?”.

Uma menina de tranças, armada com um rifle de assalto, enfrenta um homem alto, de cartola, com pernas finas, cuja sombra é vista contra a parede. A ilustração evoca “My Daddy Long Legs”, uma série televisiva de anime japonês de 1990 (baseada no romance americano de 1912, “Daddy-Long-Legs”, escrito por Jean Webster), que foi dublada em persa e transmitida na TV estatal nos anos 1990. A série conta a história de uma menina, Judy Abbott, que frequenta a universidade graças a um homem rico que ela nunca viu, exceto sua silhueta. A mensagem de capa da *Hamshahri Javan* parece ser que a Judy Abbott do Irã não só superou sua necessidade de benfeitores masculinos, mas também se tornou hostil em relação a eles.

A feminização do ensino superior iraniano é um fenômeno profundamente enraizado na transformação social, e não de divisões políticas internas e externas à República Islâmica. A oposição ao novo regime de segregação de gênero vem não só de estudantes e professores, mas também de grupos de mulheres conservadoras. As críticas foram tão acirradas, que algumas universidades como Shahid Chamran, revogaram as restrições iniciais sobre o que e onde homens e mulheres podem estudar.

Enquanto isso, a evidência da imprensa iraniana e as declarações de autoridades públicas sugerem que o recente retorno às políticas de segregação de gênero, embora tenham seus custos pagos principalmente por mulheres, está mais associado a uma crescente preocupação com uma crise da masculinidade, incorporada em homens sexualmente frustrados e menos escolarizados, que estão se confrontando com um futuro sombrio. O Estado quer ressuscitar uma masculinidade impotente ao invés de dar adeus a uma potente feminilidade. E não se trata dos sentimentos dos homens. O Irã está em crise econômica, espremido por sanções, sofrendo com a desvalorização da sua moeda, o rial, e desgastado por uma alta taxa de desemprego. Os extremistas no controle do Estado iraniano estão empregando todas as medidas possíveis para evitar a instabilidade social liderada por homens desempregados, a quem suas suposições os levam a temer mais. ■

¹ *Khabar Online*, 12 de Agosto de 2012.

² *Fararu*, 7 de Julho de 2011.

³ *Fars News Agency*, 5 de Julho de 2011.

⁴ *Student News Agency (Irã)*, 24 de Outubro de 2011.

⁵ *Radio Farda*, 20 de Novembro de 2009.

⁶ *Parsine*, 6 de Julho de 2011.

⁷ *Khabar Online*, 1 de Outubro de 2011.

⁸ *Fars News Agency*, 10 de Fevereiro de 2012.

⁹ *Tebyan*, 10 de Julho de 2012.

¹⁰ *Rasekhoon*, 30 de Abril de 2012.

> Quem está por trás do Movimento Verde iraniano?

Por Simin Fadaee, Universidade de Humboldt, Alemanha



Pôster para o documentário, *A Onda Verde*, representando o poder do Movimento Verde.

O Movimento Verde do Irã surgiu depois que partidários do principal rival de Mahmoud Ahmadinejad, nas eleições presidenciais de 2009, tomaram as ruas e protestaram contra os resultados das eleições. Os manifestantes, em seguida, transformaram-se em um movimento complexo e popular que está ativo no espaço real e virtual. À luz dos debates correntes sobre ativistas sociais de outros recentes levantes no Oriente Médio, examinarei a base social daqueles que estiveram envolvidos no Movimento Verde do Irã. Sustento que o principal protagonista é a mais

nova força social emergente a que eu me refiro como “meio pós-islamizado.” Este meio era o núcleo do Movimento Verde do Irã em 2009. Forças similares conformaram o núcleo da Primavera Árabe um ano depois.

O Movimento Verde deve ser entendido no contexto do movimento social em todo o país chamado Movimento de Reforma, que emergiu na década de 1990. Foi uma resposta à introdução do islamismo depois da revolução de 1979 e às subsequentes reformas econômicas no final dos anos de 1980. O Movimento Verde surgiu como a continuação do Movimento



de Reforma e dentro de sua estrutura.

Imediatamente depois da revolução, o Islamismo começou a dominar todos os aspectos da estrutura social. Isto significou que as instituições existentes foram reorganizadas com referência às leis e regulamentos islâmicos, enquanto que “novas” instituições islâmicas foram introduzidas para controlar diferentes aspectos da economia, da política e da sociedade. Depois do fim da guerra com o Iraque e da morte do aiatolá Khomeini, em 1988, a economia de mercado foi avançada para contrabalançar políticas estatais islâmicas de anos anteriores. Foi neste contexto que o Movimento de Reforma surgiu, invocando uma esfera pública diversificada.

Pierre Bourdieu afirmou que seres humanos reagem à diferentes – isto é, novas – situações com base numa série de disposições internalizadas que ele chamou de “habitus”. Pessoas com *habitus* similares, que têm acesso a recursos similares e levam vidas similares compartilham de “milieus sociais.” Em outros momentos eu analisei a emergência de cinco grandes meios sociais no início dos anos 1990, no Irã, com base em mudanças de estruturas sociais decorrentes da interseção entre islamismo e economia de mercado¹. Aqui eu foco em um destes grandes meios, o “meio pós-islamizado,” porque este foi uma força motriz por trás do Movimento Verde.

O meio pós-islamizado é composto de residentes de classes médias urbanas que têm acesso ao ensino superior e *Internet*, como acadêmicos, artistas, jornalistas e estudantes. Eles rejeitam as “velhas” narrativas e ideias representadas pela República Islâmica e abraçam a ideia de uma “nova” sociedade. Em comparação com outros

meios, eles têm o nível mais alto de capital cultural global, por exemplo: competência em língua estrangeira, acesso à *Internet* e viagens internacionais. Alguns membros deste meio são antigos partidários do processo de islamização, mas eles rejeitam o Islã como força obrigatória que pode servir como base à nação. O que une este meio é uma crescente conscientização e entendimento comum de questões como o pluralismo social, direitos civis e democracia liberal que, por sua vez, estimularam novas demandas.

A eleição de Mohammad Khatami, em 1997, e seu apoio para a reforma foi uma tremenda vitória para o Movimento de Reforma, mas Ahmadinejad venceu a eleição presidencial de 2005 ao focar em questões econômicas e populistas que apelavam para segmentos do meio de classe média tradicional, o meio da classe operária e o meio rural. Nos anos seguintes, estes grupos estavam frustrados pelo persistente desemprego e lento crescimento econômico e até 2009 sua situação econômica se deteriorou. Além disso, todas as grandes conquistas democráticas do Movimento de Reforma da era de Khatami retrocederam.

Brisas de mudança começaram nos meses e semanas antes das eleições de 2009, através de uma manifestação de apoio ao candidato reformista Musavi, cujos seguidores foram então galvanizados pela reeleição controversa de Ahmadinejad. Esta oposição, em seguida, se transformou no Movimento Verde que se expandiu para incorporar questões políticas mais amplas.

O meio pós-islamizado moldou o núcleo do Movimento de Reforma em seus estágios iniciais. Entretanto, seu desenvolvimento posterior e espe-

cialmente a ascensão do Movimento Verde, só foram possíveis com a participação de outros grupos sociais, como o tradicional meio de classe média e meio da classe trabalhadora. Em razão da escassez de instituições que poderiam apoiar aqueles que enfrentam esta devastação econômica e privação de direitos políticos, o Movimento Verde se viu cada vez mais como uma oposição política ao regime. Como resultado, transformou-se em um movimento de várias camadas e diverso, com a potencialidade de mudar radicalmente velhas estruturas políticas, sociais e econômicas no Irã. ■

¹ Fadaee, S. (2011) “Global Expansion of Capitalism, Inequalities and Social Movements: The Iranian Case,” in Boike Rehbein (ed.) *Globalization and Inequality in Emerging Societies*. Basingstoke: Palgrave-Macmillan.

> Apropriando-se do Passado

O Movimento Verde no Irã

Por Abbas Varij Kazemi, Universidade de Nova Iorque, EUA



Em 2009, o Irã experimentou um movimento social incomum, conhecido, na época e agora, como “O Movimento Verde”. Esse não foi um protesto ambiental: foi motivado pelos contestados resultados das eleições presidenciais, pelo desejo juvenil por expressão e reforma, e por uma onda coletiva de otimismo na política nacional. Os iranianos, no país e no exterior, manifestaram-se nas ruas pedindo por reforma jurídica e política. Alguns caracterizam o Movimento Verde como um movimento religioso. Embora o movimento tenha incorporado a iconografia e o vocabulário religioso,

esses elementos tornaram-se independentes do seu significado religioso inicial, quando os manifestantes os usaram em um contexto recém definido e em um ambiente político. Esse processo de redefinição de símbolos e rituais exemplifica o conceito de tática de Michel de Certeau¹ que afirma que, se o Estado se recusa a conceder um espaço para o protesto, as pessoas aproveitarão o que está disponível para elas que, no caso do Irã, era a esfera da religião.

As estratégias do Estado não foram páreo para as táticas do povo. Em um país repleto de rituais religiosos san-

O Movimento Verde criou a sua própria “Sexta-feira verde de Oração”, adotando uma das instituições centrais do Estado Islâmicos, mas violando um dos seus princípios sagrados, a dos homens e mulheres.

cionados e organizados pelo Estado, há muitas arenas – de tempo e espaço – que podem ser manipuladas. Assim, a religiosidade do Movimento Verde, o seu “Islã Verde”, é simplesmente um elemento discursivo de um novo movimento social. O Movimento Verde foi, em larga medida, um movimento de um grupo subalterno, a classe média de Teerã que, de tempos em tempos,





Photo: shaigan

FARS NEWS AGENCY

Como parte da estratégia de resignificação cultural, O Movimento Verde se apropriou e “repolitizou” o sentido histórico da cor “verde”.

rindo-se à oposição muçulmana xiita em relação à religião dominante (sunita). Ao longo de sua história, a cultura xiita desenvolveu-se em torno de uma oposição ativa a ameaças dos partidos no poder, incluindo a formação de redes de resistência clandestinas. Ao longo dos séculos, os muçulmanos xiitas protestavam exibindo e utilizando a cor verde, por exemplo, para simbolizar o luto pelos companheiros mártires. Desde o século 16, quando o islamismo xiita tornou-se dominante, a cor verde tem sido uma parte sagrada da estrutura cultural do Irã. Portanto, o verde já tinha um significado político no Irã antes de junho de 2009, quando os líderes da classe média urbana transformaram um símbolo de resistência e orgulho religioso em um símbolo de protesto político contra o regime.

Vários meses antes da eleição presidencial de 2009, as ruas, os carros e o povo de Teerã estavam cobertos de verde – o verde era visível em todos os lugares. Mesmo *online*, os blogueiros iranianos demonstravam seu apoio ao Movimento cobrindo seus sites de verde. Sua presença ubíqua trouxe nova vida para a cidade, seus cidadãos, e para o potencial de reforma política. Braçadeiras verdes, outrora considerados um talismã para doentes terminais que procuravam um milagre, tornaram-se uma parte essencial do uniforme usado por jovens de classe média de Teerã. Essa opção não mais representava a cura de doenças físicas, mas referia-se à doença mais crítica - reabilitar a saúde social e política iraniana. Nessa conjuntura, o adorno coletivo e a exibição da cor verde tornaram-se um novo espaço de protesto.

> Invertendo os Velhos Slogans

A estratégia do Movimento Verde era apropriar-se dos *slogans* políticos usados nas ruas de Teerã durante a rev-

tem se afirmado de forma espetacular. Assim, as transformações sociais iranianas estão invariavelmente ligadas aos tipos de métodos de protesto adotados pela classe média iraniana na negociação da religião e da autoridade.

> “Manifestação Silenciosa”

Em 15 de junho de 2009, uma “manifestação silenciosa” cobriu as principais ruas de Teerã. Apenas três meses antes do silêncio baixar, a cultura eleitoral enchia com vitalidade e esperança a vida das ruas. Antes da eleição de junho de 2009, a vida cotidiana havia sido tomada pelo espírito otimista na política. As pessoas se acostumaram a se reunir nas ruas sem medo de intervenção policial, brilho de faróis de carros e as mãos das pessoas eram levantadas pelo sentimento de esperança. Após a eleição, a “manifestação silenciosa” de 15 de junho foi considerada um divisor de águas no destino do Movimento Verde iraniano. A manifestação atraiu centenas de milhares de manifestantes à Praça Azadi, onde os participantes marcharam em silêncio. As mãos dos manifestantes estavam levantadas: não pelo entusiasmo pré-eleitoral, mas em sinal de protesto. Esse protesto silencioso foi alimentado pela raiva do povo com a decisão do governo de proibir reuniões públicas ou se organizar após a contestada eleição presidencial. Ao contrário de seus antecessores, que lideraram a revolução de 1979 para derrubar o Xá, os participantes do Movimento Verde não voltaram para casa para retomar sua vida normal, deixando a revolução

ao cuidado do governo, ou do Estado. Os jovens da classe média iraniana procuraram maneiras de permanecer engajados e continuar a luta por suas demandas. Embora o governo continuasse a reprimir as atividades do Movimento Verde, os participantes buscavam abordagens inovadoras para continuar protestando.

Dentro da rígida e intolerante estrutura política do Irã, como os movimentos sociais são possíveis? Acredito que os conceitos de De Certeau de tática e estratégia dizem respeito a tais possibilidades. Dentro de seu arcabouço, em sociedades com uma estrutura de poder altamente complexa e uma presença penetrante do Estado, a resistência só pode vir por meio de práticas invisíveis, táticas e ocultas. Seguindo De Certeau, mostrarei como o Movimento Verde conseguiu redefinir os objetivos e as funções de lugares e símbolos específicos.

> Re-politizando a Cor Verde

Podemos começar com o nome do movimento e sua cor simbólica – o verde. Durante os meses de turbulência política após a eleição presidencial, a cor verde simbolizava protesto e dissidência, o que deve ser entendido dentro do contexto histórico do Irã, no qual a cor tem profundas raízes culturais e religiosas. Por um lado, a cor verde tem um significado religioso. Entre os muçulmanos xiitas, é vista como uma referência sagrada ao Profeta Maomé e sua família. No passado, a sacralidade do verde da natureza também representava protesto, refe-



olUÇÃO de 1979 - *slogans* que representam resistência contra o Estado. Após a revolução de 1979, o novo governo, a República Islâmica do Irã, adotou os *slogans* e a retórica dos manifestantes como parte de sua ideologia oficial. Com o tempo, a maioria dos iranianos esqueceu a retórica revolucionária, já que o estado não representava mais a vida original do movimento. Contudo, em 2009, os manifestantes exumaram os *slogans*, trazendo 1979 de volta à vida, mas livre da influência ou da agenda do regime atual. Jovens iranianos de classe média usando braçadeiras verdes de esperança encheram as ruas marchando e gritando *slogans* reaproveitados de 1979. Tais *slogans* e sentimentos representavam os ideais de Ernst Bloch de seguir as aspirações não realizadas do passado (revolução de 1979), a fim de atingir "possibilidades potenciais no futuro". Assim, o Movimento Verde recuperou o popular *slogans* revolucionário de 1979, "*Independência, Liberdade e República Islâmica*", que os meios de comunicação estatais haviam transformado em um clichê e que agora era entoado contra o Estado.

Embora os *slogans* dos manifestantes pareçam espelhar aqueles da República Islâmica, eles haviam perdido suas implicações originais para transmitir um novo significado, qual seja, de que a Revolução de 1979 é um projeto inacabado. Embates políticos esquecidos voltaram com *slogans* como "Alah o Akbar" e "Ya Hussein, Mir Hussein". O primeiro, um *slogan* de 1979, foi transformado em um *slogan* militar durante os oito anos da Guerra Irã-Iraque, quando soldados iranianos gritavam "Allah o Akbar", ou "Deus é grande", ao atacar o inimigo. O *slogan* foi repolitizado durante os protestos pós-eleições de 2009. "Ya Hussein, Mir Hossein" se referia ao falecido líder religioso xiita Imam Hussein, que era convocado para ajudar Mir Hossein, uma referência a Hossein Mousavi, o líder da oposição e herói do Movimento Verde. Desta forma, os *slogans* de uma religião patrocinada pelo Estado foram transformados em cantos políticos da oposição.

> Política de Comemoração

O uso diferente pelo Movimento Verde do espaço e do lugar originou-

se dentro da cultura xiita. Essa cultura tem raízes em seu papel de seita religiosa outrora minoritária. Após o assassinato pelo governo do líder religioso Imam Hussein, em Karbala no Dia de Ashura (680 dC), os muçulmanos xiitas adotaram o *slogan*, "Todo dia e lugar é Ashura e Karbala". Os muçulmanos xiitas internalizaram esse *slogan* que se tornou um símbolo da cultura xiita - seu legado continua na releitura e nos atos de recordação. Embora os eventos iniciais não tenham sido uma vitória para os muçulmanos xiitas propriamente dita, o ato de releitura foi considerado vitorioso, transformando Ashura em um ritual moderno no Irã. Como os primeiros muçulmanos xiitas, os manifestantes do Movimento Verde usaram feriados nacionais, como o Dia do Estudante, o Dia da Palestina, e outros eventos nacionais e religiosos como oportunidades para organizar protestos e locais de resistência. Esse fenômeno também gerou feriados não oficiais, tais como as Orações da Sexta-feira Verde e as Excursões da Montanha Verde, como outras oportunidades para continuar a falar contra o governo.

> As Pequenas Mídias e a Política

"Vocês são os meios de comunicação," foi um *slogan* poderoso do Movimento Verde, uma mensagem para o governo demonstrando que a mídia é uma arma poderosa que todos podem usar para se comunicar e expressar o dissenso. O líder da oposição, Mir Hossein Mousavi, declarou que: "Uma vez que o governo fecha uma porta, devemos buscar uma janela alternativa. Uma vez que um jornal é fechado, outro deve ser criado sob a estrutura legal. Para cada blog que for encerrado, dezenas de alternativas devem ser abertas"².

Como muitos jornais e *websites* independentes foram fechados, e-mails e mensagens de texto eram ferramentas vitais utilizadas para informar as pessoas sobre quando tomar as ruas. *Webites* de mídias sociais, como o Facebook, também se tornaram uma fonte acessível, uma vez que a BBC e outras organizações da mídia tradicionais lutaram para acompanhar os eventos. Os manifestantes se torna-

vam instantaneamente jornalistas cidadãos e provedores de conteúdo ao usar suas câmeras e celulares para compartilhar notícias e informações. Consequentemente, os eventos eram frequentemente transmitidos ao vivo pelas agências de mídia estrangeiras.

> Territórios de Poder e Atos de Recordação

O Movimento Verde segue as pistas dos movimentos sociais pós-religiosos. Embora o movimento mobilize iconografia e vocabulário religioso, esses elementos tornaram-se livres de suas conotações religiosas em uma nova representação. A única coisa que devemos ter em mente é que as estruturas poderosas do Estado recuperam sua dominação. Os esforços de resistência são muitas vezes esquecidos quando os espaços e as oportunidades são recapturados pelo Estado, tornando aparentemente vã a resistência. Após os protestos pós-eleitorais, as atividades de resistência chegaram a um impasse - os telefones celulares foram cortados, as mensagens de texto eram monitoradas e, finalmente, o uso de símbolos do Movimento Verde foi proibido. As reuniões públicas ou o encontro de multidões em Teerã tornaram-se poucos e esparsos. Seis meses após o início do movimento, todos os sinais de protesto haviam sido retirados das ruas e as pessoas retornaram à normalidade. Ao mesmo tempo, os sinais da vida clandestina, o *graffiti*, e mais importante, o ato de recordação, ainda estão disponíveis para serem utilizados como mecanismos para a divulgação de protesto. Uma nova cultura clandestina nasceu, com o povo como contador de histórias³. ■

¹ De Certeau, M. (1984) *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press.

² <http://www.irangreenvoice.com/article/2010/apr/18/2594>

³ Eu gostaria de agradecer a Ali Sabbagi e Halima Adam por sua excelente edição da versão em Inglês deste artigo.

> A violência da contrarrevolução do Egito

Por Mona Abaza, da Universidade Americana do Cairo, no Egito



Mártir e ícone Khaled Said, morto em Alexandria por policiais do regime de Mubarak. A morte de Said foi um dos principais incidentes que culminaram na Revolução de janeiro de 2011. O rosto esmagado e torturado de Said foi reproduzido inúmeros graffitis e fotos. Foto por Mona Abaza.

Um grande número de egípcios continua se perguntando como eles estão sobrevivendo à vertiginosa violência diária perpetrada pelo regime da Irmandade Muçulmana. Isto levou muitos a repensar os últimos dois anos, desde janeiro de 2011. Muitos parecem estar flertando com a ideia de que uma junta militar poderia ser mais tolerável do que o atual regime dos Irmãos Muçulmanos,

que apenas reproduz práticas corruptas Mubarakistas, mas com barbas. A designação do regime como fascistas islâmicos tem circulado em vários artigos, comentários e programas de entrevistas, para nos lembrar que há repertórios e analogias com a história europeia que necessitam de reflexão.

Dito isto, seja a junta militar ou os islâmicos, seja que ambas as partes ainda governam por meio de uma di-



visão de trabalho negociada - a Irmandade na vanguarda da vida civil e os militares nos bastidores, entretanto, com altas tensões entre os dois campos -, ou ainda que as políticas contraditórias entre o exército e a Irmandade sobre a região do Sinai culminarão em uma guerra aberta por causa das ambições supranacionalistas da Irmandade que se chocam com os interesses nacionais do exército, estas são todas observações recentes que sugerem o fato de que um golpe militar pode ocorrer muito mais cedo do que pensávamos.

Em todo caso, o Egito tem testemunhando nos últimos meses momentos extremamente terríveis de matanças sistemáticas, sequestros, humilhações, desnudamentos, de arrastar e espancar até a morte e, novamente, episódios em massa de desfiguração de manifestantes intencionalmente. Por outro lado, na ausência de uma força policial que proteja os cidadãos contra crimes e saques, uma forma de "justiça popular" parece estar tomando conta. As pessoas nas favelas se vingam ao matar coletivamente, queimar pessoas vivas e espancar publicamente até a morte os criminosos e ladrões, para não falar dos ataques esporádicos contra delegacias de polícia.

Este pequeno texto, portanto, tem como objetivo repensar o lugar do corpo na luta por uma nova cultura pública de dissidência - dissidência exemplificada pela reação a um toque de recolher imposto pelo regime de Mursi em Porto Said, em janeiro de 2013, que levou toda a cidade a desafiar as decisões do regime, tomando as ruas e celebrando veementemente, com uma presença massiva através da organização de torneios de jogos de futebol e outros eventos públicos. Enquanto escrevo este artigo, no início de março, a desobediência civil continua em quase toda a cidade de Porto Said, com apoio maciço cada vez mais impressionante.

Desde a ascensão de Mursi ao poder, o Egito tem assistido a um aumento de assassinatos, sequestros e mutilações da oposição revolucionária. Desde então e mais do que nunca, a exibição pública da violência em contínuas guerras urbanas e confrontos

entre as forças policiais e os manifestantes atingiu uma escala assustadora, de modo que a piada corrente é que o ditador deposto Mubarak se mostrou um homem de bom coração, em comparação com a violação flagrante e insensata dos direitos humanos sob o regime dos islamitas. Embora a presidência de Mursi date de oito meses atrás, ele conseguiu provocar um saldo de centenas de mártires em todo o Egito (através de confrontos nas cidades de Porto Said, Alexandria, Ismailliyah, Suez, em Rafah, Mansura, Mahalla al-Kubra e em outras províncias, sem contar Cairo: Praça Tahrir, os confrontos de rua Mohammed Mahmud II de 2012, e os acontecimentos do palácio presidencial)¹. Somente em 2013, desde 25 de janeiro, 53 pessoas foram mortas em Porto Said.²

Hoje, muitos levantam a questão: os numerosos episódios sob o regime de Mubarak não foram também testemunhos da tortura e brutalidade policial? Lembremo-nos da morte de Khaled Said, em Alexandria, que desencadeou a revolução, bem como os inúmeros casos de tortura anteriores em delegacias de polícia: não foram estas, precisamente, as razões pelas quais a revolução janeiro foi desencadeada em 2011? Então, qual é a novidade agora?

O que talvez cria uma diferença do tempo de Mubarak é que agora nós estamos testemunhando em público violações reiteradas e sistemáticas de toda espécie de dignidade humana, precisamente depois de uma revolução que nasceu a partir da demanda para restaurar a dignidade humana. Esta humilhação corporal coletiva está sendo realizada precisamente por um regime que afirma defender a revolução. A exibição pública da brutalidade tem certamente um efeito poderoso, graças aos meios de comunicação que estão difundindo instantaneamente os eventos. Talvez, também, porque os islâmicos, sendo as antigas vítimas do regime de Mubarak, por terem sequestrado a revolução, estão tentando desesperadamente, como nunca antes, promover a "Irmandadização" do Estado, colocando seus seguidores em funções-chave, com o objetivo de implementar a longo prazo um estado teocrático. No entanto, eles se mantiveram presos a

reproduzir procedimentos, métodos e um discurso idêntico de seus algozes, ou seja, o antigo regime, com a diferença de que eles têm que ser ainda mais brutais na rua.

Os últimos meses têm produzido uma perplexidade coletiva, senão uma raiva coletiva, contra a imitação medíocre da Irmandade e os repertórios falidos, oferecendo um estudo de caso fascinante da elaboração das contrarrevoluções. Talvez, também, é por isso que vários psiquiatras egípcios recentemente apontaram para o elemento esquizofrênico dos pós-Mubarakistas, que estão apelando para uma moralidade e castidade islâmica, enquanto instigam em público as práticas corporais mais humilhantes, como o desnudar de homens e mulheres, arrastando, batendo e chutando, desfigurando ou simplesmente matando manifestantes. A forma como as milícias islâmicas cometeram atos vingativos direcionados à nova geração de revolucionários, ao mutilar e torturar homens e mulheres jovens no palácio, faz com que muitos se perguntem se tais atos refletem tendências corporais sádicas, ou se são uma espécie de erupção de transtorno coletivo, resultante de uma longa contracultura autoritária, alimentada pelo sistema autoritário.

Desde que os Irmãos Muçulmanos enviaram suas milícias armadas para criar câmaras de tortura e matar manifestantes pacifistas no palácio presidencial, temos assistido ao surgimento de um novo nível qualitativo de violência e sua exibição pública, destinada a espalhar o terror entre os manifestantes. O episódio ocorreu em 5 de dezembro quando, sob o pretexto de defender o presidente, as milícias espalharam o terror por meio de assassinatos deliberados³. A cobertura ao vivo da mídia foi chocante, porque ela transmitia instantaneamente os assassinatos. Podia-se ver na televisão a mutilação sistemática e direcionada aos manifestantes. Durante aquela noite, vários canais difundiram imagens via satélite das milícias armadas usando munição real contra os manifestantes. O canal CBC 2 transmitiu durante a noite inteira imagens horríveis das forças de segurança interna raptando jovens na multidão e espancando-os violentamente até a morte. No entan-





O Museu Aberto da Revolução, mostrando os seus mártires no centro da Praça Tahrir. O museu foi replicado no palácio presidencial em Heliópolis. Tahrir foi invadida várias vezes pela polícia e o Museu desapareceu. Foto por Mona Abaza.

que ele fora baleado por engano. No entanto, nada foi mencionado pela mídia oficial sobre o fato de que ele era um menino de rua necessitado, de doze anos de idade.

Alguns observadores continuam a nos lembrar de que essas atrocidades não são novidade. Na verdade, o *blogger Sandmonkey*⁷ e uma antropóloga Nelly Ali, que trabalha com crianças de rua⁸, ambos expressam o mesmo argumento, por mais horrível que soe: o que o Egito está testemunhando não é senão a continuação das práticas do regime de Mubarak. Já faz um tempo que as crianças de rua vêm sofrendo estupro, tortura e assassinatos sistemáticos, assim como já faz um tempo que as prisões egípcias são campos de concentração. A novidade é que agora as classes médias estão enfrentando esses fatos terríveis nas suas vidas diárias. A brutalidade não poupa mais seus filhos e filhas. Nos últimos meses, temos visto que as vítimas do regime eram em sua maioria, jovens de classe média, de boa aparência, como se mais uma vez o regime ressentido, envelhecido e patriarcal, tivesse que continuar a sacrificar corpos jovens e bonitos para sua sobrevivência desesperada. ■

¹ Al-Tahrir, 16 de fevereiro de 2013, p. 9.
² The Egyptian Initiative for Human Rights, 19 de fevereiro, de 2013, <http://eihr.org/pressrelease/2013/02/19/1635>
³ Tadros M. "Signs of Islamist Fascism in Egypt?", 8 de dezembro de 2012. <http://www.opendemocracy.net/5050/mariz-tadros/signs-of-islamist-fascism-in-egypt>, Acesso em 14 de fevereiro de 2013.
⁴ Al-Tahrir, 12 de fevereiro de 2013.
⁵ Al-Tahrir, 12 de fevereiro de 2013.
⁶ Al-Tahrir, 14 de fevereiro 2013.
⁷ Salem M. "The Horror", Daily News, 11 de fevereiro de 2013, <http://www.dailynewsegyp.com/2013/02/11/the-horror/>
⁸ Ali N. al-Shuruq, 15 de fevereiro de 2013.

to, muitos, então, perguntaram: qual é a novidade? Mais uma vez, a violência já existia sob Mubarak.

O YouTube abundava com evidências de que atiradores de elite estavam matando diretamente não só os manifestantes, mas também transeuntes e parentes de mortos que carregavam os caixões em um funeral em Porto Said. Câmaras de tortura das milícias foram filmadas e o episódio se tornou público. Estupros coletivos por 300 ou 400 criminosos em Tahrir, que agrediram separadamente cerca de 20 mulheres ao longo do último mês, têm sido uma tática repetida do regime para espantar as mulheres. Uma série de sequestros, tortura de jovens revolucionários, que foram encontrados despidos e quase mortos, continua a acontecer diariamente. Assim foi morto este mês o jovem Mohammed al-Guindi, que pertencia ao atual partido Popular, enquanto as fontes oficiais insistem que ele morreu em um acidente de carro⁴. A mídia da oposição, a imprensa e as organizações de direitos humanos argumentam que um dos aspectos dessa mudança na escala qualitativa da violência é uma estratégia "sistemática" organizada para silenciar para sempre quem se oponha à Irmandade. Tomemos por exemplo as hordas de gangues de estupradores de Tahrir, e o modo como eles se movem em círculos organizados para apartar e isolar as mulheres de seu grupo, despindo-as, torturando e apunhalando suas vaginas com facas para infligir o máximo

de dor nas partes mais íntimas. Que algumas das moças acabaram gravemente mutiladas foi completamente ignorado por Mursi. Tomemos, por exemplo, o fato de que os episódios são todos repetidamente idênticos. E se o Conselho Shura acrescenta combustível ao fogo, tentando aprovar uma lei declarando que as mulheres deveriam ser responsáveis pelo estupro coletivo, porque, em primeiro lugar, elas não deveriam estar protestando em Tahrir, isso significa uma única coisa: que o regime agora está legalizando o crime.

Sob a rubrica dos extermínios sistemáticos, os membros do Movimento 6 de Abril e vários administradores do Facebook foram assassinados e outros ameaçados de morte. A tortura incluiu, também, alguns dos líderes dissidentes dos trabalhadores de Mahalla al Kubra⁵. As crianças não foram poupadas da tortura quando na imprensa se espalhou a notícia da prisão de cerca de 114, no acampamento prisão Torah e al-Gabal al-Ahmar. Foi um choque ouvir no ar que alguns pais, após uma longa busca, não puderam reconhecer suas crianças mutiladas pela pesada tortura, quando eles finalmente as encontraram em diferentes prisões. Mais uma vez, a nação ficou abalada ao ouvir que uma criança de doze anos de idade, um pobre vendedor ambulante de batata-doce em Tahrir, foi assassinado com dois tiros⁶. Foi descoberto mais tarde que ele foi baleado por um soldado que o mirou, enquanto pela mídia foi anunciado

> Como as universidades indianas se tornaram Máquinas de lucro

Por Satendra Kumar, Escola de Economia de Déli, Déli, Índia



Propagandas do negócio das credenciais em Uttar Pradesh.

universidade pública em Meerut, em Uttar Pradesh, e sua substituição por um sistema perverso de ensino privado.

A Universidade Chaudhary Charan Singh (CCSU), nomeada em homenagem a um líder camponês e ex-primeiro-ministro da região, foi criada em 1966. A universidade oferecia cursos de mestrado e doutorado em Artes e Ciências. Além disso, cerca de 55 faculdades de Artes, Ciências e Gestão (graduação e pós-graduação) eram filiadas a esta universidade. Embora a universidade tivesse ensino de má qualidade, salas de aula superlotadas e falta de infra-estrutura, ainda fazia um trabalho admirável oferecendo educação em vários campos para pessoas de diversas origens de classe e castas. No entanto, as coisas mudaram dramaticamente no início dos anos 2000, quando a universidade, seguindo as alterações na política do governo, incluindo cortes orçamentários dramáticos, começou a angariar fundos, dando certificados e outras formas de titulação para financiar seus cursos de formação profissional, primeiro dentro dos departamentos universitários e, mais tarde, em faculdades estatais afiliadas¹.

Em todo o mundo, a universidade está enfrentando as pressões duplas da regulação e da mercantilização, e a universidade na Índia não é uma exceção. No final de 1990, seguindo as tendências mundiais e os ditames do Banco Mundial, o governo da Índia declarou que as instituições de ensino superior deveriam fazer esforços para arrecadar seus próprios recursos, elevando as taxas, incentivando doações privadas e gerando receitas através de consultoria e outras atividades. O governo justificou essa decisão como necessária para aliviar a pressão sobre a despesa pública. Em abril de 2000, o Conselho de Comércio e Indústria do primeiro-ministro nomeou uma comissão chefiada pelo Sr. Mukesh Ambani e pelo Sr. Kumarmangalam Birla para sugerir reformas no setor da educação. O comitê considerou a educação um mercado muito lucrativo, e sugeriu que o governo se limitasse ao ensino primário, deixando o ensino superior para o setor privado. Os dois industrialistas defenderam a completa mercantilização do ensino superior. Nos anos seguintes, a dotação orçamental para o ensino superior diminuiu e novas contratações de docentes permanentes e funcionários foi quase interrompida. A seguir, discuto como essa mercantilização levou ao desmantelamento efetivo da

A iniciativa da universidade de emitir certificados para as entidades privadas ministrarem cursos profissionalizantes levou muitas indústrias locais a abrirem novas faculdades. Logo, essa iniciativa também chamou a atenção de jovens qualificados desempregados, alguns dos quais estavam gerindo centros de treinamento. Isso também atraiu líderes políticos locais que tinham acesso à burocracia universitária e à classe política dominante. De um dia para o outro, muitos pequenos institutos de treinamento foram convertidos em escolas de formação profissional. Milhares de hectares de terras públicas, que foram arrancadas de agricultores a preços descartáveis, foram distribuídas a políticos pelas autoridades locais. Esses políticos criaram faculdades por meio de fundos de caridade, o que os ajudou a inventar maneiras de converter o “dinheiro sujo em limpo” e sonegar impostos em nome do serviço social. Dentro de uma década, mais de 350 faculdades particulares foram criadas na Meerut rural e urbana e em cidades próximas. A CCSU deu certificados para essas faculdades ministrarem vários cursos de Engenharia



ria, Administração e Farmácia, e oferecer Bacharelado em Pedagogia. Quase nenhuma instituição privada se interessa em oferecer cursos de Artes, Ciências Sociais ou Filosofia. O resultado foi que a CCSU foi transformada, de uma grande e abrangente universidade pública, em uma máquina que distribui certificados a faculdades particulares de fins lucrativos.

O desmantelamento da universidade pública pelo Estado e o surgimento de um setor privado em expansão tiveram muitas consequências perversas sobre a qualidade da educação e sobre a justiça social. No início, muitas instituições foram criadas e geridas sem seguir as diretrizes estabelecidas pelo governo para a abertura de uma faculdade privada. Isso resultou em centenas de faculdades e instituições funcionando sem infraestrutura adequada ou corpo docente qualificado. Hoje você pode encontrar instituições em que os alunos estão matriculados no papel, mas nas quais as aulas não são realizadas. Essas faculdades contornam as regras existentes através da cobrança de taxas de matrícula enormes³ que muitos estudantes pobres e das classes mais baixas não podem pagar.

A fim de ajudar estudantes pobres, de classes ou castas baixas, o governo ofereceu bolsas de estudo e subsídios para instituições que admitissem estudantes de determinadas castas (SC) em cursos de formação profissional. Mas ao invés de promover a justiça social, isso beneficiou as faculdades particulares que têm jogado com o programa para seu próprio lucro. Muitas faculdades e instituições contratam os chamados “consultores” (intermediários) para fazer o registro dos estudantes das castas beneficiadas, indo de porta em porta nas aldeias e bairros urbanos ao redor de Meerut. Esses alunos eram convidados a se inscrever nos cursos de formação profissional aptos a receber subsídios governamentais. Em muitos casos, os alunos não estavam interessados nesses cursos, mas foram registrados mesmo assim. Além disso, muitos estudantes foram admitidos em mais de uma faculdade sem o seu conhecimento. No primeiro caso, os alunos beneficiados por bolsas de estudo obtiveram títulos sem frequentar as aulas, enquanto os donos das faculdades receberam enormes subsídios. No último caso, os proprietários e consultores universitários foram beneficiados sem nenhum benefício para os alunos. Dessa maneira, enormes fundos públicos foram enxugados pelo setor privado.

As faculdades particulares também se tornaram máquinas políticas para acumular votos. Muitos políticos criaram

escolas de formação profissional em áreas rurais e semi-urbanas. Para muitos deles, um dos motivos foi comprar terras baratas no campo. Esses políticos se apresentavam como obreiros da caridade que não estavam apenas ajudando seus colegas de casta, mas também pessoas de outras castas e classes em áreas rurais, onde as instituições de ensino ainda são poucas. As faculdades particulares tornaram-se um instrumento para estender benefícios clientelistas aos pais pobres que não podem pagar as enormes taxas de matrícula e aos jovens qualificados que lutam para encontrar emprego. Durante as eleições, esses pais e jovens fazem campanha e votam em seus benfeitores.

Na realidade, os recursos públicos foram usados para financiar a expansão do setor privado na Índia. Não apenas a privatização criou uma rica classe de proprietários de faculdades pertencentes às castas superiores e médias, como isso também agravou a desigualdade de acesso à educação superior. Grande parte dos graduados em faculdades particulares acaba se matriculando em cursos adicionais para melhorar suas qualificações ou aceitam empregos com salários muito baixos. Determinadas castas e estudantes pobres se encontram presos em um labirinto de faculdades particulares. Assim, o resultado é a reprodução de classes e castas, e a pura instrumentalização do conhecimento. Estudei esse fenômeno apenas em Meerut, na parte ocidental de Uttar Pradesh, mas acredito que a privatização da educação pública no resto da Índia tenha consequências semelhantes enquanto as regulamentações estatais puderem ser contornadas com subornos ou outras formas de corrupção. Isso se assemelha à tendência mundial de bens públicos serem transferidos para atores privados com a conivência ou o incentivo do Estado. ■

¹ Nos cursos auto-financiados, um estudante deveria pagar nas mensalidades mais do que o habitual, mas a infra-estrutura, tais como edifícios, pessoal docente e bibliotecas eram fornecidos pela universidade. Em suma, o governo estava oferecendo recursos públicos para financiar a educação privada.

² Gerir uma instituição de ensino é enquadrado como serviço social. Isso é considerado uma atividade sem fins lucrativos e não é tributável.

³ A taxa de matrícula é um pagamento não oficial, que, na Índia, é muitas vezes necessário para a admissão às instituições de ensino superior.

> Sociólogos alemães boicotam

O Ranking Acadêmico

Por Klaus Dörre, Stephan Lessenich e Ingo Singe, da Universidade de Friedrich-Schiller, Jena, Alemanha



A estudante de mestrado Johanna Sittel, da Universidade Friedrich-Schiller em Jena, adere aos vários sociólogos alemães em um boicote nacional contra os sistemas de ranking acadêmico.

Em todo o mundo, universidades e instituições de ensino superior estão sendo impactadas por uma mudança estrutural, guiada por princípios do empreendedorismo universitário. A imposição dos princípios da Nova Gestão Pública significa que as universidades estão cada vez mais sendo geridas como empresas privadas. Recursos estão sendo alocados de acordo com o histórico de desempenho e compromisso de metas. O capitalismo acadêmico entrou na Alemanha e os seus principais instrumentos são departamentos universitários e tabelas classificativas. A desvantagem é uma rotina acadêmica tendenciosa para indicadores de desempenho quantitativos (financiamento de pesquisas, número de doutores e graduados) e negligência dos critérios qualitativos. O trabalho na academia mudou fundamentalmente tanto na forma quanto no conteúdo. Ensino e pesquisa são cada vez mais obstruídos pelo aumento de responsabilidades administrativas. Existe uma lógica de escalada inerente nos exercícios de mensuração do desempenho (“mais e mais, e nunca suficiente”), resultando na intensificação do trabalho, estresse, e sobrecarga entre todos os grupos da força de trabalho acadêmica. Efeitos negativos na qualidade da pesquisa e ensino estão sendo cada vez mais sentidos.

A Associação Alemã de Sociologia (GSA) decidiu, portanto, tomar uma posição contra o capitalismo acadêmico, boicotando o ranking de 2013 do CHE (Centro para o Desenvolvimento da Educação Superior), que certamente é o mais influente ranking no mundo de língua alemã. Qualidade de ensino e pesquisa, reputação dos acadêmicos, infraestrutura científica, e “visibilidade” internacional estão entre os critérios de avaliação para os departamentos universitários. Para este propósito, dados (por exemplo, no financiamento de terceiros) são colhidos de direções universitárias, estudantes estão sendo entrevistados e alguns professores



também estão sendo consultados. Os resultados são publicados em cooperação com a muito respeitada revista *Die Zeit*, e certamente eles são um ponto de referência muito importante para direções universitárias, assim como para a burocracia científica.

A GSA recentemente convocou departamentos, professores e estudantes a não participar do ranking do CHE. A iniciativa foi tomada pelo Instituto de Sociologia da Universidade de Friedrich-Schiller, em Jena. Tendo sido ranqueado entre os melhores nas tabelas classificativas, o departamento de sociologia da universidade usou essa posição forte para declarar publicamente sua não-participação. O anúncio foi feito pouco depois da publicação dos resultados do ranking de 2011. A deliberação do departamento declarou:

“O novo ranking de 2011/12 do CHE, publicado na Die Zeit, ranqueou o Instituto de Sociologia da Universidade de Friedrich-Schiller em uma alta posição. Estamos satisfeitos por essa expressão de apreciação do nosso trabalho. Entretanto, somos profundamente céticos sobre o instrumento de ranking universitário como tal. Consideramos insuficiente o valor da informação do ranking do CHE, pelo menos por uma razão: um número significativo de instituições foram ranqueadas com base em dados incompletos. Em primeiro lugar, ranquear universidades serve como instrumento para estabelecer culturas competitivas na academia. Ele sistematicamente produz vencedores e perdedores, mas não ajuda a melhorar a qualidade do trabalho científico. O Instituto de Sociologia, portanto, está planejando não participar na próxima rodada dessa competição. Como já foi dito, vamos consultar a diretoria e o conselho da GSA a fim de coordenar uma abordagem conjunta da disciplina. Nessa ocasião, é preciso que haja uma troca a respeito de instrumentos apropriados para assegurar a qualidade científica e meios de fornecer informações aos estudantes sobre os diferentes

programas de sociologias nas universidades alemãs.”

O boicote, que tem sido amplamente coberto pela imprensa, foi acompanhado, por sua vez, pela GSA e a maioria dos departamentos de sociologia da Alemanha. Também tem sido apoiado por outras disciplinas. Historiadores, professores de literatura inglesa, químicos, pedagogos e cientistas políticos decidiram não participar do ranking do CHE, por enquanto.

O boicote não tem apoio categórico das administrações universitárias, e a GSA deixou claro que não vai recusar as avaliações de desempenho em princípio. A diretoria da GSA decidiu, assim, em outubro de 2012, estabelecer um sistema de informações alternativo, exclusivamente descritivo para os estudantes. Também decidiu criar um grupo de trabalho chamado *“Task Force Studiengangsvaluation”*, que deve discutir meios alternativos para estabelecer mecanismos de avaliação válidos. O boicote entrará em sua “fase quente” no verão de 2013. Os meses que seguirão irão mostrar se o boicote está sendo, ou não, apoiado por um número suficiente de alunos e professores. Nesse momento, o resultado é incerto, mas os sociólogos de Jena e, de fato, da Alemanha, estão apelando para a comunidade científica internacional a seguir o exemplo e boicotar os rankings. ■

Para mais informações, por favor consulte:

www.soziologie.de/che

> Sequestrável:

Sobre a Normalização da Violência em áreas urbanas do México

Por Ana Villarreal, Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA



Desenho de Ana Villarreal baseado perfil do Facebook de um empresário de 31 e ávido caçador, sequestrado em seu escritório em 2012. Embora a sua família tenha pago parcelas do resgate, foi morto a tiros em uma estrada próxima uma semana depois. Temendo destinos parecidos, vários empresários em Monterrey decidiram supervisionar seus negócios de longe, realocando seus escritórios perto ou dentro de suas casas.

Carolina levou sua filha de sete anos para ver Rapunzel num cinema e se arrependeu profundamente. Nos meses seguintes, a pequena Mariana continuava trazendo à tona o medo de que alguém pulasse sua janela para sequestrá-la. “Eu sinto que existem pessoas más lá fora”, ela disse à sua mãe, a qual levantou esse assunto durante uma entrevista comigo, tomando café em sua varanda, em um rico distrito de Monterrey México. “Sim, mas você não precisa se preocupar com isso”, lembrou ela dizendo-lhe: “Primeiro, isto não é um castelo. Segundo, você não tem um cabelo mágico. Terceiro, naqueles dias, eles não tinham portões, alarmes e os pais dela dormiam longe, enquanto nós dormimos no quarto ao lado”. Foi preciso muita imaginação e esforço para assegurar Mariana de que estão cuidando dela na escola, na academia e com seus primos. “Dane-se a Disney”, Carolina conclui, com raiva: “Por que eles estão fazendo filmes de crianças sendo raptadas?”

O filme desencadeou um medo que muitos mexicanos experenciam hoje: o medo de serem sequestrados. An-



tes exclusivo das classes abastadas, o sequestro tornou-se cada vez mais comum em todo o espectro de classes em cidades como Monterrey, um centro industrial de 4,5 milhões de habitantes, localizada no nordeste do México. Uma vez elogiada pelo seu espírito empreendedor, Monterrey tornou-se manchete em todo o mundo, nos últimos anos, como um lugar de horrível violência relacionada às drogas. Fotos de corpos pendurados e descrições de pilhas de cadáveres decapitados, encontrados em estradas próximas, circularam o mundo em várias línguas. Contudo, a violência relacionada às drogas exacerbou outras formas de violência criminal, que também são prejudiciais para a população local, mas que não estão virando manchetes.

De acordo com um estudo recente, realizado por um centro de estudos na Cidade do México, o sequestro é a atividade criminosa que tem maior impacto na percepção dos cidadãos sobre insegurança, mais do que homicídios relacionados ao crime organizado (CIDAC, 2012). As estatísticas oficiais sobre crimes não são particularmente confiáveis em relação ao sequestro, já que as vítimas e seus familiares são pouco propensos a reportarem seus casos, devido a baixa confiança no trabalho da polícia e das instituições de justiça, sem mencionar as ameaças dos sequestradores. No entanto, a revisão cuidadosa das estatísticas disponíveis sobre crimes, e *surveys* sobre vitimização, revela tendências crescentes nas taxas de sequestro, tanto no México, quanto no estado de Novo Leão, onde fica Monterrey (México Evalúa, 2011). Aqui, eu examino um indicador de como o sequestro tornou-se normalizado em áreas urbanas no México, ao traçar, a partir do trabalho de campo em curso, as formas pelas quais a crescente violência está transformando o cotidiano em Monterrey.

Você sabe que a violência está se tornando normalizada quando ela entra na esfera da linguagem comum e práticas diárias. Em termos de linguagem, durante os dois últimos me-

ses eu comecei a ouvir uma inovação linguística, ao menos entre pessoas pertencentes a classe média e alta, em resposta ao aumento das taxas de sequestro. Indivíduos estão começando se definir como *sequestráveis* ou não, *“kidnappable”* em inglês. Eu escutei este termo pela primeira vez numa sexta-feira, 25 de janeiro de 2013, de uma mulher de classe alta, 43 anos, Lucía, que tinha decidido por de lado seus medos e os medos de sua família e visitar sua casa de campo, localizada nos arredores da cidade. A casa de campo, uma casa de dois andares, com uma grande piscina cercada de dúzias de laranjeiras e guardada por um jardineiro e sua família, não tinha sido visitada em mais de dezoito meses em razão de atividade criminosa e militar na região. *“Minha família acha que eu não deveria vir aqui porque eu sou sequestrável”*, disse-me quando chegamos, tomando cerveja e trazendo seu corpo para o sol ardente. *“Qualquer um de nós pode ser pego num fogo cruzado, isto já aconteceu comigo”*, ela acrescentou, *“mas esta não é a preocupação por aqui, mas sim que você está tão isolado que pode ser sequestrado, porque você é sequestrável, eles podem pedir dinheiro por você”*.

A segunda vez que ouvi este termo foi da boca de Santiago, um homem de 28 anos morando em um bairro de classe média. Durante nossa entrevista, terça-feira 26 de fevereiro de 2013, ele explicou: *“Eu sei que não sou sequestrável, minha renda é de aproximadamente 17 mil pesos por mês, então é realmente o suficiente pra mim, mas quanto eu poderia ter em minha conta bancária? Se o meu rendimento fosse 100 ou 200 mil, então eu me sentiria sequestrável. Meu carro é um discreto Cavalier 2002”*. O ponto sobre o carro é crucial, já que muitos moradores de Monterrey trocaram seus carros como parte de um estilo de vida mais discreto. Um certo homem vendeu uma BMW a um dos amigos de Santiago, o que levou Santiago a se preocupar com a segurança deste amigo. O amigo insiste que é uma BMW antiga e que pagou barato, mas Santiago diz a ele que os sequestra-

dores não saberão disso: *“Eles podem te sequestrar”*, ele lembrou, dizendo-lhe: *“e como você vai pagar?”* Existe, portanto, uma grande preocupação não só com ser *sequestrável*, mas também em parecer ou não *sequestrável*.

Neste contexto, a normalização da violência pode ser vista na forma como o verbo *secuestrar* (sequestrar) torna-se um adjetivo. Altas taxas de sequestro estão construindo uma nova forma de classificação social em relação ao crime, dividindo a população em dois grupos: aqueles que se percebem em risco de serem sequestrados e aqueles que não. Ser *sequestrável*, neste contexto, torna-se uma característica integrante do *self*, capaz de determinar uma série de práticas de consumo, horários, trabalho e estratégias de transporte, as quais estou, atualmente, documentando.

“Eles não precisam saber que estas coisas estão acontecendo”, acrescenta Carolina, ao final de nossa entrevista, referindo-se aos seus filhos. *“Eu ainda quero protegê-los disto, preservar esta bolha, preservar sua infância”*. Carolina diz que não acha que ela é sequestrável, mas tem o cuidado de não deixar a rica região onde vive. Ela não usa mais seus relógio Cartier, nem dirige um carro chamativo. Ela não lê jornais nem assiste aos noticiários na televisão. Ela raramente sai à noite e restringiu seu círculo social aos seus amigos da escola e sua família. Ela é articulada sobre estas mudanças e parece nitidamente consciente de que enquanto tenta construir uma bolha para a pequena Mariana, ela está também tentando construir uma bolha para si mesma. Mas, ao final de nossa entrevista, ela casualmente adiciona: *“Eu me pergunto como as pessoas vivem em zonas de guerra. Como elas fazem? Como elas lidam com essa ansiedade? Deve ser horrível!”*. ■

Referências

- CIDAC (2012) *8 Delitos Primero*. Índice Delictivo. Centro Integral para el Desarrollo, A.C.
México Evalúa (2012) *Indicadores de víctimas visibles e invisibles de homicidios*.

> Fragmentação social entre a juventude mexicana

Por Gonzalo A. Saraví Centro de Investigações e Estudos Superiores em Antropologia Social (CIESAS), México

A desigualdade parece ser endêmica no México. Após uma década de crescimento econômico moderado e melhorias em alguns indicadores sociais, o país segue apresentando níveis muito elevados de desigualdade social. É certo que os níveis globais de educação aumentaram. A cobertura de alguns serviços básicos de saúde se expandiu, e os programas de transferência condicionada de renda, como o *Oportunidades*, agora chegam a mais de 5 milhões de famílias, o que representa quase um quinto da população total do México. Ainda assim, a contribuição desses programas para a redução da pobreza tem sido modesta e muito inconsistente.

Não obstante, por trás desses e de outros indicadores de progresso que atingem metas internacionais de bem-estar humano, notamos uma desigualdade persistente. Em um contexto de tendências contraditórias, um novo modelo de “inclusão desigual” está emergindo. Privilégio e privação existem lado a lado, ignorando um ao outro e, ao mesmo tempo, tacitamente, aceitando-se mutuamente. A desigualdade deu um salto qualitativo em direção à fragmentação da estrutura social por meio de espaços de inclusão que não são apenas desiguais, mas também social e culturalmente distantes.

Tal processo de fragmentação é evi-

dente quando analisamos a transição para a idade adulta. Infância e juventude representam períodos chaves no curso da vida. Por um lado, as oportunidades e coações dessa fase definem as possibilidades e condições para um futuro de bem-estar. Por outro, trata-se de momentos críticos de socialização e subjetivação [*subjectification*] que irão determinar o modo como o jovem se integrará nos espaços sociais e culturais na vida adulta. A literatura sobre o tema tem oferecido importantes *insights* sobre as desigualdades estruturais e os mecanismos pelos quais elas operam; mas ainda sabemos pouco sobre como a desigualdade conduz a um processo de fragmentação social. A transição para a idade adulta e a experiência da juventude são processos ideais para explorar as teorias da fragmentação social, tanto em sua estrutura quanto em suas dimensões sócio-culturais.

“A possibilidade de encontros compartilhados entre as classes é quase zero”

O acesso à educação, no México, tem aumentado substancialmente nas

últimas décadas. Entre 1990 e 2010, a cobertura da educação básica (até os nove anos de idade) tornou-se quase universal; entre aqueles com idade entre 25 e 29, o número médio de escolaridade aumentou de 7,9 para 10,2 anos. Além disso, houve várias reformas constitucionais - a maioria recentemente, em 2011 - que estenderam a escolaridade obrigatória até a idade de doze anos. Porém, ao mesmo tempo, o sistema educacional sofreu uma profunda fragmentação. Crianças e jovens privilegiados que frequentam as mesmas escolas privadas têm mais, e melhores, recursos para sua aprendizagem na escola e em casa, recebendo uma educação de maior qualidade e variedade. Entre os grupos mais pobres, as crianças e os jovens também frequentam escolas socialmente homogêneas, mas com uma infra-estrutura mais precária e com menos recursos pedagógicos para apoiar os alunos que vêm de lares com pouco capital social ou cultural. Consequentemente, o desempenho escolar entre esses grupos apresenta diferenças substanciais. No exame de ciências do PISA [Programa de Avaliação Internacional dos Estudantes] de 2006, por exemplo, somente 25% dos estudantes do quartil mais alto no Índice Sócio-Econômico e Cultural reprovou, mas essa porcentagem cresceu para 56% no segundo quartil e 71% no quartil mais baixo.

As consequências da fragmentação não estão limitadas ao rendimento



educacional; elas se desdobram para as experiências escolares e para o significado da educação. Para crianças e jovens privilegiados, a escola representa uma experiência total e fechada. Grande parte de suas vidas ocorre e é organizada pela escola, que se torna o mais importante espaço de socialização, definição de identidades e construção de capital cultural. A homogeneidade e as redes sociais construídas dentro das escolas estendem-se a outros espaços e persistem desde a primeira infância até a idade adulta. A escola é, para eles, a única via possível de transição para a idade adulta, e suas trajetórias educacionais são contínuas e lineares. Enquanto isso, para crianças e jovens de camadas mais pobres, a escola é uma experiência limitada que deve ser combinada com outras atividades e obrigações. Ao mesmo tempo, ela está mais aberta às influências de outras preocupações, interesses e condições externas. Por essa razão, os percursos escolares dessas crianças tendem a ser intermitentes e fraturados, tanto que, à medida que elas progredem, a escola vai perdendo importância em face de outras vias e espaços de transição e integração social.

A fragmentação na educação encontra seu correlato na fragmentação urbana. No México, assim como em outros países da região, as grandes cidades estão passando por um processo de aumento da segregação residencial. No caso da Cidade do México, por exemplo, enquanto a periferia pobre torna-se cada vez maior e mais distante – geograficamente –, as classes privilegiadas vêm se concentrando em áreas específicas, fechadas em condomínios exclusivos. Contudo, cercar-se e isolar-se não é algo peculiar somente à elite; estimulada pela

insegurança urbana e pelo medo da cidade, essas atitudes também se espalharam para a classe média, e até mesmo para as classes mais inferiores com aspirações à mobilidade social.

Essa fragmentação sócio-espacial vai além da segregação residencial, estendendo-se para a experiência da cidade e para a sociabilidade urbana de crianças e jovens. Habitação, escolas, lojas e centros de entretenimento funcionam como nós sócio-espaciais que determinam certa experiência urbana: são referências espaciais primárias e focos de relações sociais. Esse processo cria uma estrutura espacial particular e desigual: jovens pobres e privilegiados têm cada um suas próprias geografias urbanas, bem como seus próprios *habitus* espaciais.

Suas definições acerca da vida urbana normal, do que significa viver na cidade, são construídas em contextos cujas características de transporte, habitação, ruas, espaços verdes, centros comerciais, e até formas de agir, vestir e falar são completamente diferentes. Isso não só em cidades diferentes e desiguais, mas também nos espaços de pertença dentro das cidades, os quais são mutuamente excludentes e desconhecidos para cada um.

Mesmo quando a escala de segregação diminui, a vida social urbana é caracterizada pelo ato de evitar o “outro”, e pela homogeneidade nos encontros sociais e interações. Jovens privilegiados retiram-se dos espaços públicos abertos: eles vivem em condomínios fechados; eles estudam em universidades privadas; eles consomem em centros comerciais e restaurantes exclusivos; eles se movem em carros particulares. Dos 20 jovens que entrevistei em duas universidades

particulares, apenas três não tinham seus próprios carros; enquanto que dos 19 entrevistados em duas universidades públicas, nenhum tinha carro. Desses, 90% já haviam utilizado o transporte público mais de três dias da última semana. Em contraste, entre os jovens privilegiados, apenas 15% (os três sem carros) tiveram a mesma experiência.

A fuga do espaço público não é algo exclusivo das elites. Novos espaços semi-públicos, fechados, e com vários níveis de segurança privada, surgiram em outras classes sociais. Mas o espaço público aberto é dominado pelas classes populares. A possibilidade de encontros e experiências sociais compartilhadas entre as classes é quase zero. Além do mais, fora da cidade, os jovens encontram, majoritariamente, espaços vazios ou zonas proibidas. A interação com estranhos, quando inevitável, é dominada pela estigmatização mútua ou inserida em relações hierárquicas controladas.

Tal fragmentação social tem duas implicações. A primeira delas é a possibilidade de que, por trás de indicadores sociais que apontam para o avanço e para o progresso, um modelo de “inclusão desigual” esteja sendo consolidado – com a aprovação social. A segunda é que a formação de espaços sociais e culturais distantes, e mutuamente excludentes, possa enfraquecer a responsabilidade coletiva, assim como o reconhecimento e a consciência do outro. A fragmentação social pode esconder a desigualdade e, ao mesmo tempo, solapar a coesão social. ■

> A desigualdade social no Japão contemporâneo

Por Sawako Shirahase, Universidade de Tóquio e membro do Comitê de Organização Local para o Congresso Mundial da ISA, em Yokohama, Japão



O livro *Japan as Number One: Lessons for America*, do sociólogo de Harvard e especialista em Leste Asiático Ezra Vogel. Publicado em 1979, tornou-se um best-seller no Japão.

No Japão pós-guerra, debates sobre a desigualdade foram reavivados de um modo peculiar, uma vez que as confusas divisões de classe e as singularidades japonesas eram estranhamente postas juntas. O Japão foi o primeiro país asiático a se industrializar com sucesso. O período de rápido crescimento econômico, que começou nos anos de 1950, transformou a estrutura industrial da nação e fez do Japão uma potência econômica. Particularmente importante foi o livro do sociólogo norte-americano Ezra Vogel (1976), *Japan as Number One*, que elogiou várias instituições japonesas e encantou muitos leitores japoneses ao apelar para o seu senso de superioridade. Na dimensão econômica, ao menos, o Japão pode sustentar sua cabeça erguida. Discussões de caráter nacional tomaram um rumo prepotente: foi precisamente porque era o Japão, justamente porque éramos japoneses, que fomos capazes de alcançar um crescimento econômico sem precedentes. Mediante tamanha importância causal dada a essas características japonesas particulares, diferenças de outros países foram exageradas como sendo absolutas e categóricas.

A partir dos anos 1970 e na década de 1980, a noção de “*all-middle-class society*” tornou-se expressão da moda. Embora tenha havido algum decréscimo nas taxas de crescimento, a renda média continuou a crescer; a

maioria era capaz de pagar por eletrodomésticos e carros. Em um estudo comparativo de distribuições de renda em 1976, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) descobriu o Japão como sendo o país mais igualitário (Sawyer, 1976). Isto foi tido como mais uma evidência do “excepcionalismo” japonês, o que deu novo impulso à caracterização do Japão como sociedade integralmente de classe-média e homogênea. Tais assertivas, do Japão como uma sociedade igualitária, começaram a desvanecer-se do final da década de 1980 até os anos 1990, num contexto de crescente dúvidas sobre o grau de igualdade social.

O Japão entrou num período de longa recessão econômica depois do colapso da “bolha econômica”, no início dos anos 1990. A taxa de desemprego, particularmente entre pessoas de 15 a 19 anos, que eram em sua maioria estudantes do ensino médio, cresceu vertiginosamente de 6,6% em 1990, para 12,8% em 2002. Mais importante, o sistema de emprego tradicional japonês, que já foi previamente representado por antiguidade e emprego vitalício, já não era mais assegurado. Uma das principais forças motrizes, que facilitou o elevado crescimento econômico na década de 1950 e 1960, foi o ambiente econômico favorável, no qual as empresas tinham recursos para treinar jovens trabalhadores recém-empregados imediatamente após a conclusão de sua educação e para prover a eles e suas famílias meios seguros de subsistência. O sistema de antiguidade oferecia aos trabalhadores, jovens e de meia-idade, perspectivas de um futuro seguro na medida em que podiam planejar seus futuros com base na seguridade do emprego. Entretanto, atualmente, quase metade dos indivíduos com idade entre 15 e 24 anos, que não estão na escola, está engajada em

trabalhos fora do padrão e não são, portanto, capazes de viver uma vida economicamente independente.

De um lado, homens jovens alegam que não estão prontos para se casar devido à falta de segurança econômica, o que os impede de serem capazes de sustentar suas famílias. Por outro lado, no entanto, mulheres jovens afirmam que sua relutância em se casar e ter filhos advém principalmente de um medo de perderem sua liberdade. Evidentemente, a desigualdade de gênero, que está profundamente enraizada em sistemas familiares, é um contributo significativo para a desigualdade social no Japão contemporâneo. A família é uma das mais criticadas instituições sociais japonesas e tem desempenhado um papel importante na prestação de segurança básica. Ter uma família com quem possa contar pode reduzir privações sócio-econômicas. De fato, mães solteiras, que não têm ajuda da família e viúvas idosas que vivem sozinhas enfrentam alto risco de graves dificuldades econômicas.

Gênero e geração são fatores-chave na estruturação da desigualdade de classes no Japão. Contudo, há poucos estudos sobre a desigualdade a partir de uma perspectiva macro, embora eles sejam muito importantes para o exame de várias questões sociais e públicas. Na verdade, podemos dizer que todas as sociedades industriais enfrentam problemas sociais que deveriam ser discutidos dentro das perspectivas de desigualdade social, as quais iluminam tanto as diferenças quanto as similaridades entre os países. ■

Referências

Sawyer, M. (1976) “Income Distribution in OECD Countries” *OECD Employment Outlook*.

Vogel, E. (1979) *Japan as Number One*. Cambridge: Harvard University Press.

> Haicai: Beleza na simplicidade

Por Koichi Hasegawa, Universidade de Tohoku, Sendai, Presidência do Comitê Organizador Local do ISA 2014 - Congresso Mundial de Sociologia, Yokohama, Japão



Uma estátua de Matsuo Bashō ao longo de uma rua na cidade de Higashine, Prefeitura de Yamagata, que estava no seu caminho de volta de Hiraizumi onde ele escreveu seu famoso haicai sobre a impermanência da glória humana.

Foto por Koichi Hasegawa.

“**H**aicai” é a forma mais curta de poesia no mundo. Originalmente, faz parte da cultura japonesa tradicional; ainda hoje ele é amplamente apreciado em outras culturas e línguas. Um haicai tradicional tem um total de 17 ou menos sílabas, com três linhas de 5-7-5 sílabas, exigindo uma palavra ou frase que simbolize alguma estação do ano. Essas são as únicas duas regras para a escrita do haicai. Sua história remonta ao mestre da poesia, Matsuo Bashō (1644-1694), que foi também um viajante energético. Desde então, o haicai se tornou parte extremamente popular da vida cotidiana japonesa. Os principais jornais japoneses divulgam, diariamente, haicais famosos com esclarecimentos curtos; semanalmente, também elegem alguns haicais submetidos por leitores, e dessas escolhas, regularmente, selecionam os quarenta ou cinquenta melhores poemas, avaliadas por quatro ou cinco juízes. Os compositores de haicai se reúnem em centros comunitários em fins de semana, no Japão, para compartilhar seus escritos e aperfeiçoar seus talentos poéticos. O Japão tem, hoje, milhões de poetas de haicai e fãs entusiasmados.

O essencial para o haicai é a simplicidade, uma crença que ele compartilha com o budismo zen japonês, com as cerimônias de chá, e com a culinária japonesa. Ser simples é um valor importante, representado na cultura japonesa e na beleza da vida. A arte tradicional japonesa, por exemplo, deixa amplos espaços em suas pinturas, evitando cores, linhas e expressões demasiadas. Assim fazendo, ela nos convida a interpretar ativamente esse mais simplificado e intuitivo ato da comunicação. De igual maneira, o haicai também se abstém de muitas palavras e frases; considerando importante deixar tons sutis do haicai à própria interpretação do leitor. Um haicai se concentra, em última instância, apenas em uma ou duas de suas frases. Em suma, ele representa a beleza da simplicidade.

Deixe-me apresentar-lhes, meus amigos sociólogos de todo o mundo, o mais famoso haikai escrito por Matsuo Bashō, o pai fundador desse estilo no século XVII. Donald Keen, especialista em literatura japonesa e professor emérito da Universidade de Columbia, traduz o haikai de Bashō¹ da seguinte forma:

**Relva de verão -----
Guarda dos guerreiros
O sonho.**

Bashō escreveu isso em 1689, quando visitou Hiraizumi, atualmente província de Iwate, no Japão, local de um famoso campo de batalha do século XII. Todos os anos, relvas de verão crescem fortes e altas no sítio arruinado pela guerra; assim, o campo representa a força eterna e o ciclo da natureza. Por outro lado, o que os guerreiros desejavam eram esperanças momentâneas e sonhos. Nessas três linhas, Bashō contrastou de forma vívida a natureza eternamente cíclica e poderosa com a autoridade política de curta duração de um momento particular. É dessa forma que o haikai faz pleno uso de técnicas como metáforas, contrastes, simbolismos. Porém, tais técnicas em si não devem ser obstrutivas. Exibir o estritamente natural é uma característica importante de expressões do haikai.

A natureza tem sido o principal centro de vida no Japão. Quatro estações claramente divididas levaram as pessoas a apreciar suas sensibilidades para cada estação do ano e suas mudanças. De quantas palavras e expressões de “chuva”, por exemplo, se tem consciência? Um dicionário japonês, comumente usado, aqui inclui mais de 160 nomes associados à chuva, tais como “chuva de seda” e “chuva de flores caindo”, que derrama flores de cerejeira no momento em que elas entram em plena floração. A cultura japonesa oferece expressões sutis de chuva e de outros termos sazo-

nais. Esse delicado caráter cultural tem atraído muitos fãs apaixonados por haikai, no Japão e no mundo. Eu mesmo sou um entusiasta, que gosta de escrever entre dez e vinte haicais por mês. Somando-se a minha carreira de sociólogo, eu já publiquei uma coleção de meus poemas, intitulada *Ryoku-U* (“Chovendo na Temporada de Folhas Verdes”). Como um sociólogo ambiental, minhas inspirações vêm de desafios do meio ambiente, de eventos, questões e, inclusive, de desastres naturais. Criar um haikai, para mim, é como fotografar um momento de nossa experiência – vida, sociedade e natureza – com uma câmera instantânea.

Gostaria de concluir este ensaio com outro haikai que fala sobre a chuva, escrito por Matsuo Bashō e gravado no templo budista de Chūson-ji, em Hiraizumi, no Japão²:

**As chuvas da primavera
Poupam de seu ataque,
O brilhante pavilhão Dourado?**

Hiraizumi, onde Matsuo Bashō expressou um momento da vida, em seu haikai “relva de verão”, é agora parte do Patrimônio Cultural da Humanidade, reconhecido pela UNESCO (<http://whc.unesco.org/en/list/1277>). A cidade fica apenas a três horas de distância de Yokohama, local onde irá ocorrer, em 2014, o Congresso Mundial de Sociologia. O haikai e a sociologia têm muito em comum: eles analisam, criticam e gravam nossa experiência de vida, na sociedade e na natureza. ■

¹ Em japonês: Natsukusa ya/ Tsuwamono domo ga/ Yume no ato. Em inglês: The summer grasses/ Of brave soldier's dreams/ The aftermath. Tradução para o português disponível em: <http://www.jornaldepoesia.jor.br/@edk01.html>

² Em japonês: Samidare no/ Furinokoshite ya/ Hidaridou. Em inglês: Have the rains of spring/ Spared you from their onslaught/ Shining hall of Gold?

> Reunião do comitê Executivo em Bilbao

Por Michael Burawoy, Universidade da Califórnia, Berkeley, Presidente da ISA



O Comitê Executivo da ISA, reunido em Bilbao, faz um tour pela cidade.

Por motivo de sua reunião anual, o Comitê Executivo da ISA (CE) se reuniu em Bilbao, por cinco dias, na Universidade do País Basco, generosamente oferecida pelo professor Benjamín Tejerina - membro do CE - e por seus colegas do Departamento de Sociologia. Dois dias de nosso encontro coincidiram com a fascinante Conferência Internacional “Além da Crise: a Sociologia enfrentando novas formas de risco, incerteza e precariedade”, a qual contou com membros do Comitê Executivo e membros externos do Comitê de Programa.

A maratona de cinco dias começou com reuniões separadas: A do Comitê de Programa para o Congresso de Yokohama em 2014, presidida pela vice-presidente Raquel Sosa Elízaga; a do Comitê de Publicações, presidida pela vice-presidente Jennifer Platt; a do Comitê de Finanças e Adesão, presidida pelo vice-presidente Robert Van Krieken; a do Comitê de Coordenação de Pesquisa, presidida pela vice-presidente Margaret Abraão; e a do Comitê de Ligação das Associações Nacionais (CLAN), presidida pela vice-presidente Tina Uys. Os resumos de seus relatórios podem ser encontrados abaixo.

O Comitê Executivo se reuniu, como um todo, por dois dias, no final da semana. Foi um bom ano, com um bem-sucedido “PhD Lab” em Taipei, e um Fórum da ISA em Buenos Aires, gerando ímpeto para o Congresso de Yokohama

em 2014. Eu relatei as viagens para distintos continentes e os progressos feitos durante o ano em relação aos “Mundos Digitais da ISA” (*Global Dialogue, Universities in Crisis, Public Sociology Live, Journeys through Sociology* e o *website do Professional Development* proposto).

O CE teve o prazer de confirmar que Toronto será o palco para o Congresso de 2018. Uma das nossas tarefas mais urgentes era decidir onde realizar o Congresso Mundial da ISA em 2016. Tivemos três excelentes propostas: Budapeste, Copenhague e Viena. Nós pré-selecionamos duas – Budapeste e Viena –, e iremos tomar uma decisão final em função das visitas a essas cidades.

Entre as outras decisões que tomamos:

- Adotou-se uma proposta de reestruturação da ISA, a qual focaria mais no CE para os membros do comitê de programa. Esse comitê passaria a ser presidido pelo presidente, tornando assim redundante o cargo de vice-presidente de Programa. A proposta segue agora para a Assembleia dos Conselhos para uma votação eletrônica.
- Estabeleceram-se as condições sob as quais a ISA poderia fazer declarações públicas defendendo sociólogos que estejam enfrentando violações de direitos humanos.
- Desenvolveu-se uma política da ISA para o acesso de deficientes às nossas grandes reuniões.
- Estabeleceu-se um comitê para buscar recursos externos para os projetos da ISA.



• Criou-se um novo Prêmio ISA de [Excellence in Research and Practice](#)

> **Margaret Abraham,**
vice-presidente de Pesquisa

O Comitê de Coordenação de Pesquisa (CCP) teve uma reunião produtiva em Bilbao. Eu relatei o sucesso do Segundo Fórum de Sociologia, da ISA, realizado em Buenos Aires (de 31 de julho a 4 de agosto de 2012), o qual reuniu 3.592 inscritos, de 84 países, que participaram de mais de 650 sessões. O espaço *The Social Justice and Democratization* foi um grande sucesso, e nós temos planos para sua melhoria.

O subcomitê de revisões do estatuto fez o informe acerca dos comitês de pesquisa (CPs) e dos grupos temáticos e de trabalho (GTs), os quais avaliaram e revisaram seus estatutos, além de listar os CPs que ainda precisam completar esse processo antes das próximas eleições. O CCP analisou os relatórios de bolsas de 2011 e 2012, e aprovou as alocações de recursos para 2013. A subcomissão de Prêmio informou sobre a proposta de adjudicação do CP37 (Sociologia das Artes), que foi aprovado. O pedido do Grupo Temático número 5 (de Sociologia Visual) para ser atualizado para Grupo de Trabalho, foi aprovado. A proposta para a criação de um novo Grupo Temático sobre Sociologia e Serviço Social foi cuidadosamente revista, mas, por fim foi rejeitada em virtude da sobreposição com outros CPs existentes.

O CCP discutiu os preparativos para o Congresso Mundial de Sociologia em Yokohama, em 2014, incluindo:

- O progresso da Confex para implementar o sistema online, baseado no feedback fornecido pelo Segundo Fórum da ISA e pelos coordenadores de programas dos CPs.
- A seleção das dez propostas de integração para o Congresso Mundial, realizada em conjunto pelos Comitês da CCP e do CLAN.
- Melhorar o uso das bolsas, fornecendo subsídios para os participantes do Congresso (Comitês de Pesquisa, Grupos Temáticos e de Trabalho), na forma de auxílio à inscrição.
- Agenda de treinamento para os recém-eleitos oficiais dos Comitês de Pesquisa, grupos temáticos e de trabalho, e para o encontro do Conselho de Pesquisa.

Tenho também o prazer de informar que o Comitê de Finanças da ISA atendeu nosso pedido de fundos adicionais (de 10.000 €) para auxiliar na taxa de inscrição dos Coordenadores de Programas em Yokohama.

> **Raquel Sosa Elizaga,**
vice-presidente de Programa

Ao longo dos últimos três anos, o Comitê de Programa se reuniu por ocasião dos três encontros anuais do Comitê Executivo, ao qual a maioria de seus membros pertence: Michael Burawoy (presidente da ISA), Margaret Abraham (vice-presidente de Pesquisa), Tina Uys (vice-presidente das

Associações Nacionais), Elena Zdravomyslova, Benjamín Tejerina, Sari Hanafi, Chin Chun Yi, e eu, como vice-presidente de Programa. Koichi Hasegawa participou como presidente do Comitê Organizador Local. Além disso, um grupo de ilustres acadêmicos, que se especializaram no estudo da desigualdade, aceitou nosso convite para participar como membros externos do comitê: Edgardo Lander, Göran Therborn, Kalpana Kannabiran, Markus Schulz, J. Esteban Castro, e Boaventura de Souza Santos (que, infelizmente, não pode comparecer aos encontros). A erudição e a experiência de todos os membros do comitê garantiram um debate científico de altíssima qualidade. Suas colaborações, as quais agradecemos profundamente, permitiram-nos preparar o documento [Facing Inequality](#), que foi publicado no site da Associação e tem servido como base de nossos debates sobre a forma como abordar todos os problemas a serem discutidos em nossas sessões plenárias. Seus esforços também foram cruciais para determinar a estrutura e a organização do programa, e o número e o perfil de cada plenária, que agora é direcionada para entrar em contato com colegas cujas contribuições são conhecidas mundialmente. O resultado desse trabalho será apresentado em vários volumes, a serem publicados pela nossa Associação.

O comitê também discutiu bastante a forma como as plenárias deveriam contribuir para a organização geral e a estrutura do Congresso. O grande interesse despertado pelo tema, permitiu ampliar nossos horizontes com as contribuições de colegas no Integrativo, das Associações Nacionais e nas sessões *Ad Hoc*; assim como a incorporação de especialistas de renome das sessões do *Authors Meet Critics*, das sessões extraordinárias preparados pelo Comitê Organizador Local e das sessões Presidenciais, que, pela primeira vez, será integrada às dez plenárias que foram aprovadas. O Congresso de Yokohama será realizado um ano antes do prazo final para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da UNESCO. Esperamos, realmente, que nosso trabalho contribua tanto quanto possível para uma compreensão mais aprofundada da desigualdade, assim como das formas de superá-la.

> **Jennifer Platt,**
vice-presidente de Publicações

Nossas publicações estão indo bem, mas há alguns novos desenvolvimentos importantes sobre a forma como respondemos a situações de mudança.

A primeira edição da *Current Sociology*, produzida em colaboração com *Sociopedia*, aparece ainda este ano. Ela conterá revisões atualizadas de vários campos de trabalho – como conflito social, estudos de desastres, saúde e doença –, os quais estão disponíveis, até agora, apenas no *Sociopedia*. Isso permitirá a abertura desses trabalhos à um público ainda mais amplo. Para as edições posteriores, serão convidados para submissão direta trabalhos que abarquem outras áreas. O *International Sociology Review of Books* está aceitando resenhas de itens – tais como filmes – que não se encaixem, estritamente, na condição de “livros”. O *eSymposium* está somente se mudando de endereço; ele estará localizado no nosso *website Social Justice and Democrati-*



zation <http://sjspace.sagepub.com/> com as edições sendo inicialmente disponíveis, até o lançamento do número seguinte, somente para membros da ISA. Vineeta Sinha, o editor atual, torna-se diretor do site, e seu sucessor como editor será Kelvin Low.

Para nos ajudar a responder ao desenvolvimento das necessidades da comunidade sociológica internacional, uma pesquisa *online* irá procurar pontos de vistas sobre o conteúdo da *Current Sociology* e da *International Sociology*; os resultados serão discutidos no Congresso Mundial.

Para os nossos livros, *Sage Studies in International Sociology*, há uma grande inovação na fixação de preços; cópias de capa dura para as bibliotecas ainda serão produzidas, mas uma edição de baixo custo estará disponível para os membros da ISA e para os mercados em desenvolvimento. O primeiro em nossa série sobre “*Textos-Chaves da Sociologia no Mundo*” está em preparação.

As pressões em alguns países para o “acesso aberto” aos artigos e relatórios de trabalho, apoiado por alguns organismos de financiamento, tornaram necessário introduzir novas disposições. Foi acordado que os autores, cujos trabalhos exigem o acesso aberto, podem pagar uma taxa e fazer com que seus artigos estejam imediatamente disponíveis a todos; aqueles para quem a opção “verde” de abertura após um ano é a mais adequada, podem escolher essa opção sem taxa alguma.

> **Tina Uys,** **vice-presidente das Associações Nacionais**

O Comitê de Ligação das Associações Nacionais teve um ano de 2012 produtivo. O próximo grande evento no calendário do CLAN é o Encontro do Conselho das Associações Nacionais, que será realizada em Ankara, Turquia, entre os dias 13 e 16 de maio de 2013, no campus da Universidade Técnica do Oriente Médio (UTOM). O tema da conferência é “Sociologia em Tempos de Turbulência: aproximações comparativas”. A conferência terá a participação de cerca de 70 delegados, dos quais 40 representam as associações nacionais que são membros coletivos regulares da ISA. Gostaríamos de expressar nossa gratidão ao Comitê Local Organizador Turco, presidido pelo professor doutor Ayse Saktanber, presidente do departamento de Sociologia da UTOM, por todo seu empenho em garantir o sucesso da conferência.

O pedido da Sociedade Saudita de Sociologia e Serviço Social para a adesão coletiva regular, foi aprovado após discussão de seus estatutos. Atualmente, a ISA tem 57 sócios coletivos regulares. Nós também revisamos o processo para lidar com os pedidos de adesões coletivas regulares recebidos entre as reuniões anuais dos Comitês Executivos, para que os candidatos não tenham que esperar o resultado até a próxima Reunião Anual do CLAN/CE.

A Associação Sociológica do Quirguistão, o Encontro Ibérico de Sociologia, a Associação Sociológica búlgara e a Associação Moçambicana de Sociologia submeteram relatórios sobre as conferências regionais que eles hospedaram com o

apoio financeiro da ISA. Esses foram discutidos e aprovados.

O subsídio destinado à atualização de *websites* foi vendida pelo argentino *Consejo de Profesionales en Sociología*, e pelas Associações Sociológicas da Argentina, Austrália, Croácia, Alemanha e Irã. O finlandês *Westermarck Society* recebeu subsídio para organizar um “*PhD workshop*” regional, com a participação de estudantes de doutorado dos países nórdicos. Os membros do CLAN salientaram a importância de se demonstrar o caráter regional de uma oficina quando se candidata a uma bolsa dessas.

> **Robert van Krieken,** **vice-presidente de Finanças e Filiações**

• **Filiações**

O comitê analisou os pedidos de adesão coletiva, assim como de adesão individual, que em dezembro de 2012 teve seu ponto mais alto de 5.300.

A adesão dos Comitês de Pesquisa, Grupos de Trabalho e Grupos Temáticos foram avaliados, e observaram-se quatro CPs em um processo de médio – para alto – risco de perda de sua filiação, e alguns CPs e GTs crescendo significativamente: CP07 Pesquisas para o Futuro, CP09 Transformações Sociais e Sociologia do Desenvolvimento, CP13 Sociologia do Lazer, CP19 Sociologia da Pobreza, Bem-Estar Social e Política Social, CP21 Desenvolvimento Regional e Urbano, CP31 Sociologia das Migrações, CP32 Mulher na Sociedade, GT03 Direitos Humanos e Justiça Global, GT04 Sociologia do Risco e da Incerteza, e GT05 Sociologia Visual.

Foram manifestadas preocupações acerca do aumento do número de Membros Vitalícios, e o comitê encaminhou a questão ao Comitê Executivo, para sua consideração. O sub-comitê de Ishwar Modi e Tom Dwyer relatou suas análises sobre o quadro de adesão, e fez uma série de recomendações sobre como aumentar o número de adesões, incluindo a criação de um sub-comitê para acompanhar a evolução dessas.

• **Finanças**

O comitê notou um ligeiro declínio nas taxas de adesão, direitos autorais de publicações e rendimento dos lucros, assim como o aumento das despesas em vários aspectos das operações da ISA. Por outro lado, houve um aumento significativo da contribuição da Sage.

Uma Demonstração Financeira detalhada relativa aos anos 2011-2012 será publicada no *website* da ISA.

Pedidos adicionais de financiamento foram ou considerados e aprovados, ou encaminhados ao CE para decisão final. Isto inclui, como parte do orçamento do Congresso Mundial, o fornecimento de suporte adicional para auxílios aos delegados da Associação Nacional para Yokohama, e para os Coordenadores de Programa em Yokohama. ■

> Apresentando os Editores Poloneses: O Laboratório de Sociologia Pública

Por Karolina Mikołajewska, Universidade de Varsóvia e Kozminski, Polônia

No outono de 2011, nós fundamos uma organização estudantil chamada Laboratório de Sociologia Pública (em polonês: *Koło Naukowe Socjologii Publicznej*) filiada ao Instituto de Sociologia da Universidade de Varsóvia. Somos estudantes graduandos, pós-graduandos e pós-graduados, que foram unidos por um interesse comum de descobrir questões públicas em problemas particulares, usando a famosa frase de C. Wright Mills. Nós queremos buscar uma pesquisa social que esteja envolvida na vida de nossa sociedade.

Nosso grupo se compromete com muitas atividades, mas a nossa atividade principal permanece sendo traduzir a *Diálogo Global* para o polonês. Na *DG 2.4*, publicamos um resumo de um debate dedicado às questões levantadas na disputa entre Sztompka e Burawoy, referindo-se especialmente às condições de vida acadêmica polonesa. Essa foi uma das nossas discussões em torno das diferentes formas de fazer sociologia pública, que até agora tem atraído um público significativo. Além disso, temos organizado uma série de seminários com sociólogos ativamente engajados. Atualmente, estamos planejando a construção de uma rede de estudantes de sociologia da Polônia. Nós estamos mais do que felizes em participar da rede *DG*, e, assim, espalhar nossas discussões sobre sociologia pública para além da Polônia. ■

Você pode entrar em contato conosco pelo e-mail: public.sociology.kn@uw.edu.pl



Adam Müller Doutorando no Instituto de Sociologia da Universidade de Varsóvia, onde recebeu seu diploma de mestrado em Sociologia. Atualmente, seus interesses de pesquisa estão focados em instituições bancárias cooperativas e economia moral.



Karolina Mikołajewska Doutoranda no Instituto de Sociologia da Universidade de Varsóvia, onde se formou com um mestrado em Sociologia. Ela trabalha como docente e assistente de pesquisa do Centro de Pesquisa em Organizações e Locais de Trabalho, da Universidade Kozminski, em Varsóvia. Seus interesses de pesquisa envolvem antropologia, sociologia econômica, relações de trabalho e estudos organizacionais.



Krzysztof Gubański Graduando em estudos de sociologia e cultura na Universidade de Varsóvia. Ele também passou um ano na Universidade Ludwig Maximilians, em Munique. Interessado em sociologia econômica, estudos urbanos, análise do discurso. Membro ativo do conselho estudantil. Ele está escrevendo sua tese de Licenciatura sobre as mudanças no ensino superior na Polônia.



Mikołaj Mierzejewski Estudante de graduação de sociologia da Universidade de Varsóvia. Suas áreas de interesse abrangem temas como sociologia do ensino superior, sociologia da ciência, sociologia econômica, análise de classe e sociologia pública. Ele também é um membro da iniciativa "Nova Abertura da Universidade" e sua organização de pesquisa, que é focada nas mudanças recentes na academia. >>



Jakub Rozenbaum Estudante de pós-graduação de sociologia da Universidade de Varsóvia. Ele está escrevendo uma tese sobre a restituição da propriedade privada depois do comunismo, em Varsóvia. Seus principais interesses sociológicos cobrem as relações trabalhistas, participação civil (especialmente da juventude), bem como a questão da habitação. Ele é um forte defensor do envolvimento das ciências sociais com a transformação social.



Tomasz Piątek Doutorando no Instituto Robert B. Zajonc de Estudos Sociais da Universidade de Varsóvia. Suas principais áreas de interesse são sociologia da educação e sistemas de ensino, estudos de juventude, pedagogia crítica, bem como a questão da responsabilidade social dos sociólogos.



Zofia Włodarczyk Estudante de pós-graduação de sociologia da Universidade de Varsóvia. Ela está escrevendo uma tese sobre as diversas manifestações de atuação em biografias de mulheres rurais. Suas principais áreas de interesse são sociologia pública, participação civil (especialmente entre os jovens e nas áreas rurais) e sociologia biográfica.



Anna Piekutowska Estudante de pós-graduação de sociologia da Universidade de Varsóvia. Entre seus interesses estão movimentos sociais e economia social, sociologia de gênero e sexualidade. Sua pesquisa anterior incluiu uma análise de organizações feministas e sua influência na situação das mulheres na Polônia. Para sua tese de mestrado, ela está examinando cooperativas sociais como uma ferramenta de inclusão social.



Julia Legat Mestranda do Instituto de Sociologia da Universidade de Varsóvia, onde também recebeu seu diploma de bacharel. As suas principais áreas de interesse são os movimentos sociais, participação civil e desigualdades sociais.



Emilia Hudzińska Estudante de pós-graduação em relações internacionais na Universidade de Varsóvia, interessada atualmente em estudos americanos e na questão da descolonização. Ela também se formou no Instituto de Sociologia da Universidade de Varsóvia, onde recebeu seu diploma de mestrado. Para sua dissertação de mestrado, examinou as relações de poder entre as celebridades e os políticos poloneses.

> A sociologia canadense está pronta para recepcionar você!

Por **Patrizia Albanese**, Presidente eleita da Associação Canadense de Sociologia; Coordenadora do Comitê local de organização do Congresso Mundial do ISA, 2018; e Universidade Ryerson em Toronto, Canadá.



Sociólogos de Toronto se encontram com Michael Burawoy e Izabela Barlinska para discutir a organização do Congresso Mundial de 2018. No fundo, da esquerda para a direita: Lorne Tepperman (Universidade de Toronto), Cheryl Teelucksingh (Universidade de Ryerson), Izabela Barlinska (Secretaria Executiva da ISA) e Bob Andersen (Universidade de Toronto), em primeiro plano, da esquerda para a direita: Nancy Mandell (Universidade de York), Patrizia Albanese (Uni-

Os sociólogos canadenses têm o prazer de compartilhar a notícia de que Toronto, Canadá, foi escolhida como cidade sede para o Congresso Mundial da ISA, em 2018. No caminho para o Congresso Mundial de 2018, esperamos ter muitas oportunidades para conhecer melhor você e você a nós. Nós somos um grupo singular, mas amistoso, críticos e autorreflexivos. Começamos então com uma breve introdução sobre quem somos e o que fazemos.

Sociologia canadense. É mais fácil identificar o que não é ao invés de determinar o que é e o que nos faz distintos; mas, para começar, não é maçante, não é estática, não é homogênea e não é fácil de descrever em poucas palavras.

A sociologia tem (quase) sempre estado aberta a empréstimos dentro e fora das disciplinas tradicionais e acadêmicas. Nós somos profissionais “de limpeza”, sem medo de chegar a lugares, espaços e ideias tipicamente fora da “norma”. Nós

lançamos luz. Nós rompemos fronteiras. Nós questionamos tanto a nós mesmos, quanto o que fazemos na vida. Durante anos, como em outras sociologias, os sociólogos canadenses têm questionado quem nós somos, o que fazemos e por que o fazemos. No Canadá, Robert Brym (2003), Neil McLaughlin (2005) e Doug Baer (2005), entre outros, vem debatendo se a sociologia canadense está em crise. A existência de tais discussões e debates é um sinal saudável, pensamos nós. E para colocar todas as preocupações de lado, nas palavras de Mark Twain: “Os relatos sobre a minha morte são muito exagerados”.

A sociologia canadense está viva e bem. Na verdade, a Associação Canadense de Sociologia está crescendo, assim como a reputação das revistas canadenses de sociologia. O Dr. Reza Nakhaie (Universidade de Windsor), atual editor da *Canadian Review of Sociology*, a mais antiga revista canadense de sociologia, publicou recentemente um panorama dos últimos 45 anos de história da revista. Nesse panorama, ele ressalta: “Les articles publiés dans la RCS ont contribué à la production d’un dialogue dynamique entre les sociologues et les autres intellectuels qui représentent le courant dominant et la sociologie scientifique du Canada, qui est universitaire et parfois même critique, radicale et oppositionnelle. En soi, la RCS représente et a constitué un canal pour la diffusion des idées et d’un dialogue entre les professionnels et les critiques universitaires canadiens” (Nakhaie, 2010: 320).¹

O que esperamos que continue sempre fiel em nossa disciplina é a nossa capacidade de permanecermos relevantes. As sociologias que não são relevantes, provavelmente, entram em crise. Uma análise das descrições dos programas de 54 departamentos de sociologia de língua inglesa de todo o Canadá descobriu, fundamentalmente, que os departamentos de programas de graduação enfatizam a prática do pensamento crítico, a importância de uma ampla educação em humanidades e a chance de promover um impacto duradouro em torno das condições sociais (Puddephatt e Nelsen, 2010:423). Se conseguirmos, de fato, algum avanço nesse sentido, com e para os nossos alunos de graduação (e mais ainda com os nossos alunos de pós-graduação), estaremos no rumo certo no sentido de provar o nosso valor enquanto disciplina.



Para encerrar este breve texto introdutório, permita-me compartilhar com vocês os pontos de vista de alguns dos seus colegas do Canadá. Em resposta a uma solicitação via e-mail enviada para todo o Canadá a fim de obter, para este artigo, sugestões sobre o que faz a sociologia canadense distinta, seus colegas no Canadá escreveram:

• “As sociologias do Canadá se distinguem segundo um certo número de coordenadas que incluem a língua, a região, a formação educacional, a abordagem teórica e a aplicação empírica. Se existe algum consenso entre as sociologias do país, ele se dá em torno de um compromisso com a integração de ambas as tradições americana e europeia, a atenção para tendências históricas, a aceitação de métodos mistos e um compromisso de engajamento ‘crítico’. O posicionamento das sociologias do Canadá ocorreu inicialmente na tradição porteriana liberal [relativa a Michael Porter], sendo seguido por uma nova economia política de cunho marxista, e mais recentemente pelo engajamento com as discussões sobre poder, vindas do pós-colonialismo, feminismo, estudos pós-modernos, e de outras perspectivas emergentes. Falta, em grande medida, uma perspectiva canonizada, o que é uma marca da saúde da sociologia canadense” (Dr. Howard Ramos, Professor Associado, Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Dalhousie).

• Um seminário teórico para alunos de pós-graduação na Universidade de Saskatchewan discutiu isso, e gostaria de compartilhar com vocês o seguinte: “A distribuição desigual da população do Canadá, combinada com a variedade natural do meio geográfico, oferece desafios para a compreensão de complexas relações sociais. A sociologia canadense é enriquecida pela sua habilidade de entender as nuances de uma população altamente diversificada. A sociologia canadense tem uma agudeza crítica que é importante para expor os ‘bastidores’ de uma imagem nacional e de uma estrutura que são frequentemente enfeitadas pelas noções de valores e atributos culturais partilhados”.

• Dra. Nancy Mandell, catedrática da Universidade de York, um dos maiores departamentos de sociologia no país, forneceu o seguinte sumário de seu programa: “Nosso ‘nicho’ herdado, decorrente da sociologia crítica dos anos 1960 e de sua aplicação no Canadá, e internacionalmente, é oferecer aos nossos estudantes uma sociologia de engajamento. O Departamento, em geral, tem uma abordagem crítica à erudição que desafia as suposições convencionais e, ao fazê-lo, aponta para uma maior justiça social em questões como o acesso mais igualitário à saúde, à liberdade sexual e a responsabilidade dos funcionários do judiciário. De um

modo geral, ele tem como foco a desigualdade, as relações de poder e os temas ideológicos; ele encoraja o ativismo social. Muitos membros da faculdade têm programas que enfatizam a centralidade da história – especialmente sobre o impacto do expansionismo colonial e imperial ao redor do mundo – em análises orientadas para a compreensão do nosso presente”.

• Paula Graham, doutoranda em sociologia na Memorial University of Newfoundland, escreveu: “Do ponto de vista da minha pesquisa sobre os movimentos sociais, o conceito de ‘sociologia canadense’ é, de modo geral, libertador. Da mesma forma que simpatizo com os esforços para identificar o que é canadense na ‘sociologia canadense’ e para solidificar o campo enquanto um programa em seus precisos termos, considero ser útil a identidade ambígua da ‘sociologia canadense’. Sem ter que aderir a uma formulação americana, europeia ou outra abordagem interpretativa, eu posso, de forma mais aberta e receptiva, me envolver com a literatura e as teorias de todos os cantos da sociologia, incluindo o Canadá”.

E com essa nota eu finalizo. Os sociólogos canadenses estão ansiosos em recebê-los pessoalmente para uma animada troca de ideias em nossas salas de conferências, bares e restaurantes. Juntos, estamos certos de criar novas e promissoras colaborações. ■

Referências

- Baer, D. (2005) “On the Crisis in Canadian Sociology: Comment on McLaughlin.” *Canadian Journal of Sociology* 30(4): 491-502.
- Brym, R. (2003) “The Decline of the Canadian Sociology and Anthropology Association.” *Canadian Journal of Sociology* 28: 411-416.
- McLaughlin, N. (2005) “Canada’s Impossible Science: Historical and Institutional Origins of the Coming-Crisis of Anglo-Canadian Sociology.” *Canadian Journal of Sociology* 30(1): 1-40.
- Nakhaie, R. 2010. “Les 45 années de la Revue canadienne de sociologie (et d’anthropologie). 45 years of the Canadian Review of Sociology (and Anthropology).” *Canadian Review of Sociology* 47(3): 319-325.
- Puddephatt, A. and R.W. Nelsen (2010) “The Promise of a Sociology Degree in Canadian Higher Education.” *Canadian Review of Sociology* 47(2): 405-430.

¹ Tradução: “Os artigos publicados na CRS contribuíram para a produção de um diálogo dinâmico entre os sociólogos e os outros intelectuais que representam o ‘mainstream’ do Canadá e a sociologia científica, que é acadêmica e por vezes crítica, radical e oposicionista. Como tal, a RCS representa e se constituiu em um canal de escoamento de diálogos e ideias entre os profissionais canadenses e acadêmicos”.

> Cartas ao Editor

Respostas a Feras Hammami sobre as universidades israelenses (Diálogo Global 3.2)

Caro editor:

É esclarecedor comparar o artigo de Feras Hammami “*Crise política nas universidades israelenses*” (GD 3.2) com outros do mesmo volume. André Béteille escreve que, como sociólogo, ele não considera como seu, o papel de moralizar, ao passo que Jacklyn Cock escreve numa vertente altamente política que atinge sua finalidade, sem glorificar o status de vítimas daqueles que sofrem com os problemas que ela descreve, e sem demonizar os responsáveis. Não porque não haja responsabilidades, mas porque ela não tem a pretensão de ser uma advogada ou uma juíza. O artigo sobre Israel, em contrapartida, coloca a moralização e a denúncia em primeiro plano, concentrando-se em uma série de casos importantes e difíceis, usando como prova somente fontes ativistas. O autor poderia ter encontrado fontes em trabalhos acadêmicos, ou em jornais, para reforçar a sua argumentação (trata-se, antes de tudo, de uma publicação acadêmica). Talvez ele tenha sido vítima dos prazos, porque o Conselho de Ensino Superior de Israel decidiu, no dia 13 de fevereiro, reverter a decisão, mencionada por Hammami, de fechar o Departamento de Ciência Política da Universidade de Ben-Gurion.

O artigo eleva incidentes individuais a padrões generalizados. Há, de fato, grupos de direita que denunciam professores em Israel por suas opiniões, e às vezes a pressão tem sido chocante, como no caso de Neve Gordon. Contudo, o artigo deve, ao menos, oferecer alguma evidência da acusação muito séria e ampla de que “*para evitar difamação pública, perda de emprego, prisão, ou mesmo a morte, os funcionários delimitam as informações que poderiam provocar as autoridades*”. Esse é um apelo significativo para se atinar sobre a falta de clareza. Em todo caso, Neve Gordon continua sendo professor titular na sua universidade. De fato, houveram muitas críticas a respeito da nomeação de Ariella Azoulay, e a visão de que isso foi um ato politicamente motivado, foi amplamente espalhada. Ainda assim, algumas evidências deveriam, [e poderiam](#) ser oferecidas, pois é um assunto sério acusar uma universidade de viés político em suas nomeações.

A chamada para um boicote parece interferir na individualidade das pessoas, e almeja punir as pessoas que vivem num país pelos males perpetrados pelos seus governos. Um boicote deve, naturalmente, marcar certa posição. O objetivo é despertar a consciência e, neste caso, deve incentivar os acadêmicos israelenses a refletirem sobre as ações de seu governo. Mas isso não é justificativa para uma campanha de isolar e desprezar a população inteira de (supostos) colegas. Os ativistas teriam melhores resultados concentrando-se em áreas que podem efetivamente prejudicar os governos – e, de fato, eu não me oporia à remoção, por exemplo, da relação comercial privilegiada de Israel com a União Europeia, que está dando origem a complicações sobre rotulagem de produtos da Cisjordânia como sendo “*Made in Israel*”.

Caro editor:

A análise de Feras Hammami acerca da crise política nas universidades israelenses mostra quão poucos são os acadêmicos israelenses que sentem a necessidade de protestar contra as políticas governamentais. A grande maioria permaneceu em silêncio diante do fechamento das universidades palestinas, mas quando sua própria liberdade acadêmica foi ameaçada, houve uma resposta bem diferente. Crises, no entanto, muitas vezes oferecem oportunidades.

Uma poderosa arma de propaganda, do Estado de Israel, tem sido a projeção de si mesmo enquanto uma ilha de democracia em meio a um oceano de despotismo árabe; outra arma é a projeção de suas universidades como fonte de crítica liberal. Enquanto a onda de euforia da mídia sobre o que foi prematuramente chamada de Primavera Árabe é empregada, a propaganda de afirmação de que Israel é uma democracia e as suas universidades uma fonte de crítica liberal, entrou em declínio. Um punhado de colegas apoiados por um pequeno número de dissidentes, mas com o apoio internacional significativo, limitou – não cessou – a vitimização. No caso da proposta de fechamento de um departamento inteiro da Universidade de Ben Gurion, o papel de um comitê internacional é de fundamental importância para revelar a modéstia do engajamento de Israel em relação à liberdade acadêmica. O Conselho de Ensino Superior (Council for Higher Education – CHE), tendo convidado um comitê internacional para avaliar todos os departamentos de política no sistema universitário israelense, leu o relatório que recomenda o fechamento. Indiscutivelmente, o CHE estava sob pressão dos ultra-sionistas de dentro e de fora da universidade, que viam o departamento como um ninho anti-sionista, tendo o professor Neve Gordon, um forte defensor do boicote acadêmico, como seu alvo principal.

O CHE sucumbiu à pressão, propondo o fechamento em setembro de 2012, mas os professores sêniores, nem um pouco insignificantes do Instituto Weizmann – uma poderosa instituição científica e tecnológica de Israel –, viu imediatamente o dano que isso poderia causar à imagem das universidades de Israel, tidas como bastiões da liberdade acadêmica. No espaço de uma semana, 300 acadêmicos israelenses assinaram uma petição criticando a decisão. Internacionalmente, uma enxurrada de acadêmicos e de associações protestou. Ben Gurion, onde fica o departamento ameaçado, e também uma das principais universidades de Israel, também viu o perigo e começou a tomar as providências legais contra o CHE, argumentando que o CHE mantinha uma agenda secreta e irrelevante do ponto de vista acadêmico, a qual rompia a definição legal de liberdade acadêmica. Pior ainda para o CHE, o comitê internacional disse que não havia recomendado o fechamento do departamento, questionou os motivos que estavam por trás do movimento e afirmou que o CHE não se mexeu contra a Universidade de Bar Ilan, ainda que seu departamento tenha sido também criticado.

A analogia com a África do Sul é problemática, porque as universidades e as associações desportivas estavam praticando a discriminação como uma política, o que não é o caso em Israel. Mas esse boicote é uma espécie de proposta maliciosa: seria envenenar as relações profissionais e intelectuais, e politizar ainda mais a colaboração acadêmica envolvendo cientistas israelenses.

David Lehmann, Universidade de Cambridge, Reino Unido.

A crescente pressão sobre o CHE levou-o a adiar o fechamento, até depois da eleição de janeiro. Esta acabou vendo um governo de forte tendência direitista sendo eleito, mas a decisão de fechamento acabou não sendo retomada. No começo de fevereiro, *Haaretz*, a imprensa mais liberal de Israel (13/2/2013) informou que a decisão de fechamento foi retirada, mas o comitê internacional continuaria monitorando o departamento.

A esperança deve ser a de que agora que a academia israelense experimentou uma ameaça à sua própria liberdade acadêmica – com uma oposição de sucesso, aliada ao apoio internacional –, ela começará a reconhecer que a liberdade acadêmica não é divisível, mas se aplica igualmente aos seus colegas palestinos, os quais ensinam e pesquisam a poucos quilômetros de distância. Esta é a oportunidade.

Hilary Rose, Bradford University, Reino Unido.